

Michel Onfray

Teoria  
da  
viagem

*poética da geografia*

**L&PM** EDITORES

Michel Onfray

Teoria da viagem

*Poética da geografia*

Tradução Paulo Neves



Titulo original: *Theorie du voyage*  
Texto de acordo com o nova ortografia.

*Tradução:* Paulo Neves  
*Capa:* Tatiana Sperhacker.  
*Foto:* Raul Krebs  
*Preparação:* Jô Saldanha  
*Revisão:* Joseane Rücker

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Onfray, Michel, 1959-

Teoria da viagem: poética da geografia / Michel Onfray; tradução  
de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

Edição eletrônica: S. Bacamarte

Tradução de: *Théorie du voyage*  
ISBN 978-85-254-1918-7

1. Viagens – Filosofia. 2. Geografia – Filosofia. I. Título. II. Série.

Michel Onfray © Librarie Générale Française, 2007

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores  
Rua Comendador Coruja, 314, loja 9 – Floresta – 90.220-180  
Porto Alegre – RS – Brasil / Fone: 51.3225.5777 – Fax: 51.3221.5380  
Impresso no Brasil Inverno de 2009

# SUMÁRIO

## INTRADA

Querer a viagem

## ANTES

Escolher uma destinação  
Aumentar o desejo

## ENTREMEIO I

Habitar o entremeio

## DURANTE

Realizar a amizade  
Organizar a memória  
Inventar uma inocência  
Deparar com a subjetividade

## ENTREMEIO II

Reencontrar um lugar

## DEPOIS

Cristalizar uma versão  
Dizer o mundo

## CODA

Considerar uma continuação

# **INTRADA**

## QUERER A VIAGEM

No começo, bem antes de todo gesto, de toda iniciativa e de toda vontade deliberada de viajar, o corpo trabalha, à maneira dos metais, sob a ação do sol. Na evidência dos elementos, ele se mexe, se dilata, se estende, se distende e modifica seus volumes. Toda genealogia se perde nas águas tépidas de um líquido amniótico, esse banho estelar primitivo onde cintilam as estrelas com as quais, mais tarde, se fabricam mapas do céu, depois topografias luminosas nas quais desponta e se aponta a Estrela do pastor – que meu pai foi o primeiro a me ensinar – entre as constelações diversas. O desejo de viagem tem sua confusa origem nessa água lustral, tépida, ele se alimenta estranhamente dessa superfície metafísica e dessa ontologia germinativa. Ninguém se torna nômade impenitente a não ser instruído, na carne, pelas horas do ventre materno, arredondado como um globo, um mapa-múndi. O resto é um pergaminho já escrito.

Mais tarde, muito mais tarde, cada um se descobre nômade ou sedentário, amante de fluxos, transportes, deslocamentos, ou apaixonado por estatismo, imobilismo e raízes. Sem que o saibam, alguns obedecem a tropismos imperiosos, submetem-se aos campos magnéticos hiperbóreos ou setentrionais, voltam-se para o nascente, inclinam-se em direção ao poente, sabem-se mortais, é verdade, mas sentem-se como fragmentos de eternidade destinados a se mover num planeta finito – estes vivem de forma semelhante à energia que neles atua e que anima o resto do mundo; de maneira igualmente cega, outros experimentam o desejo de enraizamento, conhecem os prazeres do local e desconfiam do global.

Os primeiros amam a estrada, longa e interminável, sinuosa e ziguezagueante; os segundos se comprazem com a toca, sombria e profunda, úmida e misteriosa. Esses dois princípios existem menos em estado puro, à maneira de arquétipos, do que como componentes indiscerníveis na particularidade de cada indivíduo.

Para figurar esses dois modos de ser no mundo, a narrativa genealógica e mitológica produziu o pastor e o camponês. Esses dois mundos se afirmam e se opõem. Com o passar do tempo, tornam-se o pretexto teórico para questões metafísicas, ideológicas e depois políticas. Cosmopolitismo dos viajantes nômades contra nacionalismo dos camponeses sedentários, a oposição agita a história desde o neolítico até as formas mais contemporâneas do imperialismo. Ela atormenta ainda as consciências no horizonte imediato do projeto europeu ou, mais distante, mas igualmente certo, do Estado universal.

Os pastores percorrem e levam os rebanhos a pastar em vastas extensões, sem preocupação política ou social – a organização comunitária tribal supõe algumas regras, é verdade, mas as mais simples possíveis; já os camponeses se instalam, constroem, edificam aldeias, cidades, inventam a sociedade, a política, o Estado, portanto a Lei, o Direito que um uso interessado de Deus, através da religião, sustenta. Aparecem as igrejas, as catedrais e os campanários indispensáveis para ritmar os tempos do trabalho, da prece e do lazer. O capitalismo pode nascer e, com ele, a prisão. Tudo o que recusa essa nova ordem contradiz o social: o nômade inquieta os poderes, é o incontrolável, o elétron livre impossível de seguir, de fixar, de designar.

O Antigo Testamento não esqueceu essa questão. Basta reler as páginas inaugurais do Gênesis nas quais se cruzam Caim e Abel, dois irmãos destinados a tragédia,

votados à maldição. Todos conhecem mais ou menos a história do fratricídio ou do primeiro homicídio. Mais raro é lembrar o ofício dos dois protagonistas: o pastor de rebanhos e o camponês lavrador, o homem dos animais em movimento contra o do campo que permanece. Os andarilhos, os vagabundos, os errantes, os que pastam, correm, viajam, vagueiam, flanam, palmilham, já e sempre em oposição aos enraizados, aos imóveis, aos petrificados, aos erigidos em estátua. A água dos riachos, corrente e inapreensível, viva, contra a mineralidade das pedras mortas. O rio e a árvore.

Assim, o agricultor mata o pastor, o camponês assassina o homem das cabras. As razões? A afeição de Deus mais claramente voltada para a futura vítima. A fim de honrar o Criador, Abel oferece gordura e os primogênitos do seu rebanho; Caim, os frutos do seu trabalho agrícola. E o Todo-Poderoso, parece, dá mais atenção ao pastor. Não se sabe por quê. Enciumado, o camponês se lança contra o irmão e o mata. Deus amaldiçoa Caim e, como punição, o condena a vagar, a errar. Gênese da errância: a maldição; genealogia da eterna viagem: a expiação – donde a anterioridade de uma falta sempre grudada no indivíduo como uma sombra maléfica. O viajante procede da raça de Caim que Baudelaire tanto apreciava.

Quando, séculos mais tarde, um nazareno bem-falante começa a subida do Gólgota para ser crucificado entre dois ladrões, dizem – mas o Novo Testamento permanece silencioso sobre esse ponto – que um indivíduo sem nome, não nomeado e que vai se tornar inominável, se recusa a dar de beber ao homem a caminho da crucificação. Por esse motivo, o sovina que não oferece uma gota de água ao sedento foi condenado, também, à maldição, e depois à errância por séculos e séculos. Tratava-se do judeu que dá origem ao Judeu errante,



votado a caminhar eternamente, amaldiçoado, ao lado de Caim.

O camponês fratricida e o judeu egocêntrico lembram que a condenação a não ter domicílio fixo acompanha a falta, o pecado e o erro. Desde então, associa-se a viagem sem retorno à vontade punitiva de Deus. A ausência de casa, de terra, de chão supõe, a montante, um gesto deslocado, um sofrimento causado a Deus. O esquema impregna a alma dos homens há séculos: judeus, ciganos, gitanos, boêmios, zíngaros, toda essa gente da viagem sabe que, um dia ou outro, quiseram obrigá-la ao sedentarismo, quando não lhe negaram o direito mesmo de existir. O viajante desagrade o Deus dos cristãos, assim como indis põe príncipes, reis, homens do poder desejosos de realizar a comunidade da qual sempre escapam os errantes impenitentes, associais e inacessíveis aos grupos enraizados.

Todas as ideologias dominantes exercem seu controle, sua dominação ou mesmo sua violência sobre o nômade. Os impérios se constituem sempre sobre a redução a nada das figuras errantes ou dos povos móveis. O nacional-socialismo alemão celebrou a raça ariana sedentária, enraizada, fixa e nacional, ao mesmo tempo em que designava seus inimigos: os judeus e os ciganos nômades, sem raízes, móveis e cosmopolitas, sem pátria, sem terra. O stalinismo russo procedeu da mesma forma, perseguindo também os semitas e os povos de pastores das repúblicas caucasianas ou sul-siberianas.

O petainismo francês elege as mesmas vítimas expiatórias, enquanto celebra os sedentários regionais, locais, patriotas, nacionalistas, os homens da terra, os produtos gauleses. Qual a falta atribuída àquelas figuras designadas? A de serem inassimiláveis à comunidade, irreduzíveis, impossíveis de governar, de dirigir. Qual a punição? O campo de concentração, a permanência

obrigatória num lugar, o confinamento como gado, cercado de arame farpado, e depois a destruição, a morte por gás, como com os animais nocivos. O capitalismo atual condena do mesmo modo à errância, à ausência de domicílio ou ao desemprego os indivíduos que ele rejeita e amaldiçoa. Que crime eles cometeram? Serem inassimiláveis ao mercado, a pátria dos homens do dinheiro. Qual o castigo? As pontes, as ruas, as calçadas, os porões, as bocas de metrô, as estações ferroviárias, os bancos de praças públicas – o aviltamento dos corpos e a impossibilidade de um porto, de um repouso.

O viajante concentra estes tropismos milenares: o gosto pelo movimento, a paixão pela mudança, o desejo ardoroso de mobilidade, a incapacidade visceral de comunhão gregária, a vontade de independência, o culto da liberdade e a paixão pela improvisação de seus menores atos e gestos; ele ama seu capricho mais do que a sociedade na qual vive à maneira de um estrangeiro, coloca sua autonomia bem acima da salvação da cidade, que ele habita como ator de uma peça da qual não ignora a natureza de farsa. Longe das ideologias da aldeia natal e da terra, do solo da nação e do sangue da raça, o errante cultiva o paradoxo da forte individualidade e saber se opor, de maneira rebelde e radiosa, às leis coletivas. Zaratustra, que odeia as cidades e a vaca multicolorida, é a sua figura tutelar.

Viajar supõe, portanto, recusar o emprego do tempo laborioso da civilização em proveito do lazer inventivo e alegre. A arte da viagem induz uma ética lúdica, uma declaração de guerra ao espaço quadriculado e à cronometragem da existência. A cidade obriga ao sedentarismo através de uma abscissa espacial e de uma ordenada temporal: estar sempre num determinado lugar num momento preciso. Assim o indivíduo é controlado e facilmente identificado por uma autoridade. Já o nômade

recusa essa lógica que permite transformar o tempo em dinheiro, e a energia singular, único bem de que dispõe, em moeda sonante e legal.

Partir, ir atrás dos pastores, é experimentar um gênero de panteísmo extremamente pagão e reencontrar o rastro dos deuses antigos – deuses das encruzilhadas e da sorte, da fortuna e da embriaguez, da fecundidade e da alegria, deuses das estradas e da comunicação, da natureza e da fatalidade – e romper as amarras com os entraves e as servidões do mundo moderno. A eleição do planeta inteiro como périplo equivale à condenação do que fecha e subjuga: o Trabalho, a Família e a Pátria, para falar apenas dos entraves mais visíveis, mais identificáveis.

Como mônada autossuficiente, o viajante recusa o tempo social, coletivo e coercitivo, em favor de um tempo singular feito de durações subjetivas e de instantes festivos buscados e desejados. Associal, insociável, irrecuperável, o nômade ignora o tempo convencional e se orienta pelo sol e as estrelas, pelas constelações e a trajetória do astro no céu; não tem relógio de pulso, mas um olho de animal apto em distinguir as auroras, o amanhecer, as tempestades que se formam e se dissipam, os crepúsculos, os eclipses, os cometas, as cintilações estelares; sabe ler a matéria das nuvens e decifrar suas promessas, interpreta o vento e conhece seus hábitos. O capricho governa seus projetos relacionados com os ritmos da natureza. Nada mais conta, exceto ele e seu uso do mundo – por isso ele procede dos banidos e dos recusados. Quando põe o pé na estrada, ele obedece a uma força que, surgida do ventre e do âmago do inconsciente, lança-o no caminho, dando-lhe impulso e abrindo-lhe o mundo como um fruto caro, exótico e raro. Desde o primeiro passo realiza seu destino. Nas trilhas e nas veredas, nas estepes e nos desertos, nas ruas das megalópoles ou na desolação dos pampas, sobre a onda

profunda ou no ar atravessado por invisíveis correntes,  
ele sabe o inevitável encontro com sua sombra – não tem  
escolha.

**ANTES**

# ESCOLHER UMA DESTINAÇÃO

Quando se olha o planisfério, de início não se percebe bem as distâncias. A escala só tem um significado claro e distinto aos acrobatas em aritmética, aos superdotados em cálculo. Ela me faz pensar no quiliágono, o polígono de mil lados cartesiano: concebível na mente, mas nunca no detalhe. Admito intelectualmente que essa figura exista, mas não vejo todas as suas facetas. Do mesmo modo, concebo bem o afastamento do cabo Horn ou do estreito de Bering ou a significação de uma completa volta ao mundo; mas como não constatar que, em matéria de geografia, topamos com as dificuldades habituais reservadas à teologia com a questão dos nomes de Deus? De que modo dizer o mundo com um mapa que se contenta em representá-lo e reduzi-lo a convenções conceituais?

De imediato, somos pegos neste estranho paradoxo: o planisfério parece pequeno, e o mundo, vasto, ou então o inverso é que é verdadeiro: o planisfério é vasto, e o mundo, pequeno. Pois, não obstante sua natureza e sua distância, todo lugar se atinge agora, com a modernidade dos transportes, em prazos bastante curtos. Os lugares outrora mais distantes – a Índia de Marco Pólo, a África de René Caillié, o Oriente de Nerval, a Oceania de Bougainville – podem ser alcançados por vias de acesso traçadas em mapas definitivamente desembaraçados de seus espaços em branco. Todas as destinações se tornaram possíveis, questão de tempo. Nesse campo dos possíveis, como escolher um lugar? O que escolher? A que renunciar. E por quais razões? Nas combinações pensáveis, como preferir, e por quê?

Também aí o determinismo genealógico se impõe.

Não escolhemos os lugares de predileção, somos requisitados por eles. No registro elementar dos filósofos pré-socráticos, cada um pode descobrir-se portador de uma paixão pela água, pela terra ou pelo ar – já o fogo circula no corpo mesmo é viajante. Os nômades ardorosos procedem de um elemento que os concentra, os contém, os animam, catalisa seus entusiasmos: o mar e as ondas dos navegadores, as montanhas e as planícies dos andarilhos, o éter e o azul dos aviadores; esses três pontos cardeais orientam um movimento no globo em rotação sob os dedos e nos mapas percorridos na sua totalidade e perscrutados no seu detalhe.

A seguir, combinações se agenciam entre os elementos: um quer a água fria do Ártico, outro, os outros as correntes quentes do Pacífico; este aspira às terras férteis, tépidas e úmidas da floresta tropical, aquele quer os solos queimados e calcinados do deserto sariano; o apaixonado pelo ar gélido dos picos himalaios não se interessa pelas paisagens do amante das moções asiáticas nem pelos azuis e ocres do filho visceral do Mediterrâneo. Cada corpo busca reencontrar o elemento no qual se sente mais à vontade e que, outrora, nas horas placentárias ou primeiras, o provedor de sensações e de prazeres confusos, mas memoráveis. Existe sempre uma geografia que corresponde a um temperamento. Resta descobri-la.

Uma palavra, um lugar legíveis no mapa retêm, então, a atenção. Nome de um país, de um curso de água, de uma montanha, de um vulcão, de um continente, de uma ilha ou de uma cidade. O indistinto, o visceral, se reconhecem de súbito numa emoção desencadeada por um nome guardado na memória: ir ao Tibete, ver o rio Amur, escalar o monte Fuji ou o Etna, caminhar nas colinas de N’Gong, nadar no oceano Pacífico, chegar a Guernesey, visitar Adis-Abeba, andar pelas ruas de

Cirene, navegar na baía de Along – cada um dispõe de uma mitologia antiga fabricada com leituras da infância, filmes, fotos, imagens escolares memorizadas a partir de um mapa-múndi, num dia melancólico ao fundo da classe. Depois se passa ao ato para realizar o sonho antes de morrer: estacionar em silêncio no local onde se juntam o Oriente e o Ocidente, no estreito de Bósforo; parar algum tempo diante do começo de uma trilha africana em laterito, o solo vermelho dos trópicos; sentir-se barrado, numa rua de Nova York, diante dos jatos de vapor expelidos pelas bocas de esgoto; reter a respiração ao sobrevoar as lagunas à beira do oceano Índico; constatar que o coração bate ao atravessar o equador ou o trópico de Capricórnio; estremecer de emoção ao cruzar o círculo polar.

Sonhar uma destinação é obedecer à ordem que pronuncia, dentro de nós, uma voz estrangeira. Pois uma espécie de demônio socrático formula e traça aquele raio que calcina, em nosso interior, o indeciso, o impreciso ou o confuso. Como o filósofo de Atenas que se entregava a essa palavra demiúrgica, deixaremos a escolha de um lugar, a eleição de um destino a essa língua estrangeira falada por nós através do nosso corpo – contanto que essa língua não se exprima, é claro, através da razão. Na multiplicidade dos possíveis, o demônio diz, resta à vontade consentir. Então o dedo se detém sobre o planisfério nas regiões da alma correspondentes. Não se comete erro ao agir assim.

O corpo armazena imagens transformadas em ícones. E esses ícones, nenhuma cultura os celebrou tanto, em detrimento do livro e do conceito, quanto a nossa. O texto vai desaparecer, o livro também, em favor de signos icônicos, pixelizados, escaneados; o real recua em sua espessura carnal em favor da sua modalidade virtual: atingimos o auge da imagem e, como sempre numa tal



ocasião, o excesso mata a possibilidade mesma das que poderiam verdadeiramente significar. Os lugares do mundo convergem para as telas informáticas ou televisivas, tristemente semelhantes à sua realidade, mas engaiolados, limitados pela exigência da fidelidade sumária. A probabilidade da viagem ricamente sonhada diminui com a redução do mundo a suas aparências. Triunfo platônico...

Donde a necessária celebração do livro e do papel é constituinte de um imaginário eficaz e rico. É preferível os romances de Júlio Verne ou os de Paul d'Ivoi aos vídeos ou os discos carregados de imagens digitais o desejo de viagem se alimenta melhor de fantasmas literários ou poéticos do que de propostas indigentes porque semelhantes demais a uma realidade sumária. A genealogia de ícones inconscientes úteis para escolher destinações ganha em celebrar o texto, o livro, o romance, o poema, o relato de viagem. Qualquer linha de um autor, mesmo medíocre, aumenta mais o desejo do lugar descrito do que fotografias, muito menos filmes, vídeos ou reportagens. Entre o mundo e nós, intercalaremos prioritariamente as palavras.

## AUMENTAR O DESEJO

A viagem começa numa biblioteca. Ou numa livraria. Misteriosamente, ela tem lugar ali, na claridade de razões antes escondidas no corpo. No começo do nomadismo, encontramos assim o sedentarismo das prateleiras e das salas de leitura, ou mesmo do domicílio onde se acumulam os livros, os atlas, os romances, os poemas, todas aquelas obras que, de perto ou de longe, contribuem para a formulação, a realização, a concretização de uma escolha de destino. Todas as seções de uma boa biblioteca conduzem ao bom lugar: o desejo de ver um animal extravagante, uma borboleta rara, uma planta quase inencontrável, um veio geológico numa pedreira, a vontade de andar sob um céu como o fez um poeta, tudo leva ao ponto do globo cujo sinal carregamos às cegas.

O papel instrui as emoções, ativa as sensações e amplia a possibilidade próxima de percepções preparadas. O corpo se inicia nas experiências vindouras a partir de informações generalizadas. Toda documentação alimenta a iconografia mental de cada um. A riqueza de uma viagem requer, a montante, a densidade de uma preparação – assim como experiências espirituais convidam a alma à abertura, ao acolhimento de uma verdade capaz de infundir. A leitura age como rito iniciático, revela uma mística pagã. O aumento do desejo desemboca a seguir num prazer refinado, elegante e singular. A existência de um erotismo da viagem supõe que se ultrapasse uma necessidade natural, a fim de suscitar a ocasião de regozijo artificial e cultural. Chegar a um lugar do qual tudo se ignora condena à indigência existencial. Na viagem, descobre-se apenas aquilo de que

se é portador. O vazio do viajante gera a vacuidade da viagem; sua riqueza produz a excelência dela.

Portanto, livros, e em primeiro lugar o atlas – bíblia do nômade necessariamente abastecido de geografia, de geologia, de climatologia, de hidrologia, de topografia, de orografia. Num mapa se efetua sua primeira viagem, a mais mágica, talvez, a mais misteriosa, com certeza. Pois ele evolui numa poética generalizada de nomes, traçados, volumes desenhados e cores. As convenções ensinam o marrom das altitudes, das cadeias de montanhas que barram e recortam os continentes: aqui, as Rochosas e a cordilheira dos Andes que esculpem verticalmente o continente americano; ali, a linha sinusoidal que atravessa a Europa de oeste a leste: Alpes, Cárpatos, Cáucaso e Himalaia; elas ressaltam o azul dos abismos marinhos, das profundezas sombrias: manchas no oceano Pacífico em meio às quais pululam os arquipélagos equatoriais, filipinos, melanésios e polinésios; cadeias submarinas, fossas, bacias e fraturas que retalham ou escavam o fundo dos oceanos; noutra parte, as artérias, veias e capilares dos rios que um uniformemente azul percorre: jato longilinear do fluxo até as embocaduras, tremor das fontes, percursos elétricos e serpentinados das origens: o Amazonas, o Mississipi, o Saint-Laurent, o Níger, o Nilo, o Ganges, o rio Amarelo como uma coronária, uma carótida, uma aorta, uma jugular de um boneco anatômico gravadas numa prancha de Vesúlio.

Depois, virada a página, longe do planeta contado segundo os acidentes naturais, um mapa político mostra o mesmo mundo, mas desta vez de acordo com os traçados culturais feitos pelos homens. Lá onde a geomorfologia e a geologia obedecem aos caprichos das forças telúricas, os planisférios desenhados pelos atores da história fragmentam o real em peças de um quebra-cabeças cuja combinação supõe longas guerras,

intermináveis conflitos. As fronteiras são regadas de sangue, movem-se, modificam-se: a Europa central, depois do fim do comunismo, obedece a outros traçados resultantes de divisões, parcelamentos, rupturas. Novos países, fim de antigas fórmulas. Antes a Áustria-Hungria, há pouco a Iugoslávia e a Tchecoslováquia, hoje desaparecidas sob o peso de novas vontades políticas: República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina. Aniquilação do império soviético: as extravagâncias humanas nada significam. Do ponto de vista da eternidade, a geografia triunfa, a história não é mais que espuma.

Além dos mapas físicos, marítimos e políticos, os atlas propõem igualmente o traçado das comunicações e dos fusos horários: depois da geologia, da geografia, da história e da política, a economia. Pois as linhas marítimas, as ligações aéreas, as distâncias em milhas, os números a acrescentar para obter as horas locais, as estradas, as ferrovias, os aeroportos correspondem às trocas: fluxo de homens e mulheres, circulação de pessoas, idas e vindas de mercadorias, transferências de informações, facilidades das vias traçadas em terra ar e mar a fim de conduzir engenheiros, comerciantes, banqueiros, industriais, homens de negócios ao lugar de suas empreitadas. Entre eles, a classe inocente dos turistas a caminho do sol, dos lazeres e dos gastos suntuários de suas economias anuais.

Rotas de navegação, portanto: Port-Louis a Bombaim, para compreender a população das Ilhas Maurício [no oceano Índico]; Nova York ao Rio de Janeiro, a fim de perceber as relações entre as duas Américas; Londres a Arkhangelsk, para ver o que liga a Europa mercantil do Mar do Norte ao mercado russo na entrada do Mar Branco. Linhas aéreas, como ramalhetes em forma de guarda-chuva ou de sombrinha sobre o

mundo: todas as grandes cidades em contato, em relação, através de redes. Além disso, ferrovias com trens intermináveis: o Transiberiano, claro, mas também o Quebec-Vancouver, atravessando de leste a oeste o Canadá, o Cairo-Cartum, acompanhando o curso do Nilo, o Bombaim-Benares e outras destinações míticas. Por toda parte motores e homens conduzidos, deslocados, transportados em migrações perpetuamente reiteradas. Idas e voltas, idas sem volta. O planeta se faz ouvir em toda a sua superfície por essas trocas de indivíduos e de objetos, de informações e de projetos.

O mundo não é o que parece, pois o centro de gravidade das projeções nos engana com ficções. Um mapa enuncia a ideia que se tem do mundo, não sua realidade. Quando os primeiros cartógrafos propõem seus desenhos, eles deixam transparecer uma teologia uma concepção da relação entre o divino e o humano, o celeste e o terrestre, confessam a ação da época metafísica sobre eles. Seu mundo coincide com o mundo, e o mundo conhecido, com o único existente. Fora desse mundo, nada: água e depois vazio. Todos os mapas colocam como epicentro o núcleo de sua representação intelectual. Na maioria das vezes, a imagem e o reflexo de si. A visão soviética do mundo refutava a dos americanos. A dos chineses de hoje ignora totalmente a nossa, servida pela projeção de Mercator que instala a Europa bem no meio das terras representáveis.

Para organizar esse real diverso, os geógrafos recorrem à geodésia. Eles matematizam o real, geometrizam-no e encaixam-no em fusos, latitudes e longitudes. Desenham trópicos, um equador, dois círculos polares, um ártico, o outro antártico, traçam um meridiano que atravessa Greenwich no seu centro e se amarra aos pólos. O conjunto permite um quadriculado e uma localização possível por graus. Nada melhor para

obter um tipo de visão panóptica e controlar a diversidade a fim de produzir uma unidade legível e codificável. O devaneio do viajante circula nesse mundo de marcas e linhas, cifras e números de que se alimenta o desejo nômade nas primeiras horas.

Certamente o atlas diz o essencial, mas não tudo. Falta a seu prejulgamento conceituai uma carne acrescentada pela literatura e pela poesia. Pois o poeta, mais que qualquer outro, instala seu corpo subjetivo exatamente no lugar freqüentado por sua consciência e sua sensibilidade. Todas as suas emoções, sensações, percepções, todas as suas histórias singulares amadurecem em sua alma fantasiosa e um dia resultam num texto curto que oferece a quintessência de sinestésias fantásticas: sentir cores, degustar perfumes, tocar sons, ouvir temperaturas, ver ruídos.

Praticar exercícios confirma que viver supõe desregramento de todos os sentidos, para depois reativá-los e recapitulá-los no verbo. Escrever um poema, na beirada de um convés diante da água de um imenso estuário, junto à janelinha de um avião que sobrevoa a Transilvânia, num café africano perdido em meio a milhares de hectares sem vivalma, rabiscar o papel amarrotado num saguão ao aeroporto, num quarto de hotel egípcio onde a ventilação joga o ar sobre a nudez de um corpo fatigado e pedir às palavras o poder das fornalhas alquímicas despejar no cadinho da experiência aquilo capaz de tornar incandescentes os metais e obter o ouro de um punhado de imagens que permanecem.

Ler um poema permite chegar ao imaginário de uma subjetividade que recebe a infusão do lugar. Daí as colisões intelectuais, as elipses espirituais e mentais, os feixes afetivos que solicitam a alma, incitam os sentidos. O poeta transforma a multiplicidade das sensações num conservatório reduzido de imagens incandescentes

destinadas a ampliar nossas próprias percepções. Todos os viajantes narram suas peregrinações em cartas, cadernos, relatos. Somente um pequeno número eleva seus deslocamentos à quintessência, numa coletânea de poemas. A China de Claudel, o Tibete de Segalen, as Antilhas de Saint-Jhon Perse, O Equador de Michaux, o México de Artaud, a Europa de Rilke – e mesmo a poesia dos videntes que vivem e povoam suas cidades como visionários, Apollinaire em Paris, Pessoa em Lisboa ou Borges em Buenos Aires...

Depois do Atlas e do Poema, essas duas formas a posteriori da sensibilidade, é a vez da Prosa. Ela exprime diferentemente, de maneira menor, mais diluída, o que o poeta transfigura em cintilâncias. Os relatos de viagem proliferam em detalhes. Às vezes registram dia após dia o desenrolar de um pobre uso do tempo. Lá onde o mapa e os versos conceitualizam de forma absoluta, praticando a abstração da quintessência, a prosa oferece um ritmo mais lento, mais longo. Ela não tem pressa. Como a correspondência. Nela se fala de uma paisagem, de uma refeição, de um encontro, de um monumento, de uma emoção, de uma fadiga; descreve-se um trajeto, os detalhes de um itinerário, contam-se anedotas, peripécias, O material parece mais abundante que num soneto ou em versos livres, mas não há dúvida de que se revela menos rico.

Restam os livros que permitem obter informações práticas. Os Utilitários, os Guias. Sonhamos com eles também, mas para outras finalidades, outros auxílios. Endereços, referências, indicações técnicas para telefonar, despachar o correio, vestir-se, fazer a mala, comer, alojar-se: detalhes sobre especialidades culinárias, vinhos, bebidas, horas de refeições, hábitos sociais, taxas de câmbio, uso dos táxis; sínteses históricas, indicações para visitar um museu, observar uma obra numa

determinada sala, datas de fundação; notas sobre a fauna, a flora, o clima; passagens literárias clássicas, os incontornáveis textos escolhidos de viagem: resumos de civilização, planos gerais e em minúcia das cidades, nomes de ruas, mapas, Um breviário para uma vida cotidiana no detalhe. Livros menos para ler do que para folhear, percorrer, manusear, usar e tornar a usar.

Na verdade, o Guia, a Prosa, o Poema e o Atlas oferecem a ocasião daquilo que Plotino chamava uma dialética descendente: detalhes, lembranças, ideias, conceito, tudo contribui para a solicitação do desejo, descobrimos, sustentamos, alimentamos o desejo depois o usufruímos, ele nos constrói tanto quanto o construímos. De uma maneira acima de tudo platônica, solicitamos a ideia de um lugar, o conceito de uma viagem, e então partimos para verificar a existência real e factual do local cobiçado, entrevisto pelos ícones, pelas imagens e pelas palavras. Sonhar um lugar nesse estado de espírito, permite menos encontrá-la do que reencontrá-lo. Toda viagem vela e desvela uma reminiscência.



# **ENTREMEIO I**

# HABITAR O ENTREMEIO

Em que momento começa realmente a viagem?

A vontade, o desejo, a leitura, certamente tudo isso define o projeto; mas a viagem mesma, quando se pode dizer que começou? É quando decidimos partir para um lugar e não um outro? Quando fechamos a mala, afivelamos a mochila? Não. Pois há um momento singular, identificável, uma data de nascimento evidente, um gesto signatário do começo: é quando giramos a chave na fechadura da porta de casa, quando fechamos e deixamos para trás nosso domicílio, nosso porto de matrícula. Nesse instante preciso começa a viagem propriamente dita.

O primeiro passo instala, de fato, um entremeio que tem a ver com uma lógica especial: não mais no lugar deixado, ainda não no lugar cobiçado. Flutuando, vagamente ligado a duas margens, num estado de ausência de peso espacial e temporal, cultural e social, o viajante penetra no entremeio como se abordasse as costas de uma ilha singular. Cada vez mais longe do seu domicílio, cada vez menos distante da sua destinação, circulando nessa zona branca, neutra, o indivíduo escala ficticiamente uma encosta ascendente, atinge um ponto zenital, para depois iniciar a descida. Vem-se de, vai-se para; acumulam-se os quilômetros que separam da nossa casa, reduzem-se os que nos aproximam da outra. Esse mundo intermediário obedece a leis próprias que ignoram as que regem as relações humanas habituais.

De avião, de barco, de trem ou de ônibus, partilhamos um espaço comum no tempo de passagem de um ponto a outro. A cabine de voo, o convés, o vagão e o assento são habitáculos que oferecem ocasiões de proximidade ou

mesmo de promiscuidade, que forçam ao relacionamento ou obrigam à conversação, Nesse microcosmo comunitário tem lugar uma intersubjetividade limitada no tempo. Ao chegar no aeroporto, na estação ferroviária, no porto, ou rodoviária, essa sociedade, na maioria das vezes, se desfaz. Ela se desagrega tão logo as razões aleatórias de estar junto desaparecem.

Pode-se trocar palavras, simpatizar, contar a vida sem complexos, sem contenção, pois o ambiente permite isso de maneira estranha. Reina nesses lugares uma atmosfera particular e consubstanciai à circunstância do entremeio: um tipo de abandono semelhante ao das salas de espera médicas ou, melhor ainda, dos consultórios de analistas. Longe da rigidez social e das conveniências civilizadas, das regras coletivas e dos hábitos sociais, o viajante se acerca de um mundo suspeito de pessoas dadas à confiança, daquilo que Heidegger chama a tagarelice: um tipo de fraqueza da palavra, uma prática compensatória, talvez, da angústia gerada pelo abandono do domicílio e pela chegada a um mundo sem referência.

Nessa troca de palavras por elas mesmas, que parece ser uma finalidade e não um meio de se comunicar, a superfície verbal prevalece sobre a profundidade intelectual. Contam-se coisas sem importância, detalhes de passagens da existência, fragmentos de uma vida insípida são transformados em peças exemplares capazes de nos fazer parecer importantes, essenciais, notáveis. No entremeio, a proximidade gera a tagarelice e seus objetos de predileção: as peripécias da viagem, a confiança banal, vagas considerações sobre o estado do mundo, a autobiografia transfigurada em epopéia.

Lugar do verbo depreciado, o entremeio é igualmente o de cruzamentos simétricos. Sua população é formada por um fluxo e refluxo de ondas: um vai para, outro retorna de – os que partem vestem, a caminho, as roupas

dos que voltam. Os primeiros iniciam o movimento ascendente da sua viagem, deixam seu domicílio para trás, os segundos abordam o movimento descendente e retornam para casa. Nesse espaço mental se cruzam pessoas ávidas de ver e indivíduos saciados de coisas vistas. Os que aspiram às lembranças se aproximam dos que trazem uma quantidade importante delas. A impressão de espelho reina nesse lugar: cada um se sente o inverso do outro, seu exato contraponto, como a semelhança que existe entre o avesso e o direito da mesma peça. As forças opostas se equilibram e criam uma estranha suspensão mental.

Esse lugar de extraterritorialidade não parece governado por nenhuma língua, nem por tempo algum. De fato, que idioma falar quando se entra no avião? O do país que se deixa ou o do país de destinação? Em que lugar viajamos, quando confinados no ar? O da lei que supõe o espaço aéreo propriedade do país sobrevoado? Que ponto do céu permite dizer claramente que se transpõe uma fronteira? O mesmo vale para o navio que cruza águas internacionais. E também para o tempo de uma destinação no qual se impõe uma defasagem horária: hora do lugar de partida ou do lugar de chegada? Hora específica de um tempo universal? Em que momento girar os ponteiros do relógio de pulso? Exatamente na metade dos quilômetros percorridos? Na verdade, todos se submetem ao inglês universal e ao ritmo socialmente imposto pelas bandejas de refeições distribuídas nos voos de longo curso. Somente eles oferecem marcos de uma aparência social: o tipo de alimentação obriga a viver segundo a hora do despertar ou da meia-jornada, de almoço ou da janta.

No entremeio, quando os referenciais de civilização desaparecem, o corpo tende a reencontrar seus movimentos naturais e obedece mais ardentemente à

soberania dos ritmos biológicos: come e bebe quando tem fome e sede, dorme quando tem sono. Esse tempo participa de maneira longínqua, porque demasiado breve, das experiências de encerramento e confinamento praticadas pelos que estudam grutas e cavernas, os espeleólogos. Ao apagar os cálculos, as máquinas de medir o tempo, ao suprimir as referências naturais (nascer e por do sol, alternância do dia e da noite), e corpo se orienta para a sua verdade profunda e visceral, animal. No entremeio se experimenta essa subjetividade radical que dá impulso a lógicas desconhecidas de cada um. Ao celebrar essas descobertas com as durações biológicas, ao jogar com as defasagens entre corpo social e corpo natural, civilização e biologia, cada individualidade conhece o prazer de sentir seu corpo vivo, trabalhando por algo maior e mais forte que ele.

O entremeio gera assim uma geografia particular, nem aqui nem alhures, uma história própria, nem enraizada nem atópica, um espaço novo, nem fixo nem inapreensível, uma comunidade nova, nem estável nem durável. Lugar dos cruzamentos, superfície das extraterritorialidades, ele induz ilhas de sentido produtoras de arquipélagos aleatórios destinados à decomposição. Entre o lugar deixado e a terra que se pisa ao chegar, trazido sobre a água, nos ares ou deslocando-se numa translação que isola do chão, o viajante descobre algumas novidades metafísicas: as alegrias da comunidade pontualmente realizada na insignificância vivida em comum, a prática da duração como um escoar assombroso, a impressão de habitar um local inteiramente produzido pela velocidade do deslocamento. É nessa espera mágica que a viagem solidamente se inicia.

**DURANTE**

## REALIZAR A AMIZADE

Certamente se pode viajar sozinho, mas com a certeza de estar sempre diante de si mesmo, noite e dia, nas circunstâncias, nas horas fastas e nefastas. Momentos felizes ou momentos tristes, instantes melancólicos ou alegres, desejo de isolamento ou vontade de compartilhar: em todos esses casos teremos de nos suportar, aceitar nossa própria companhia. Nem sempre essa é a melhor fórmula. Mas se a solidão implica a certeza de viver permanentemente consigo mesmo, o grupo, por sua vez, impede que se possa usufruir de si. Sozinho ou com os outros: a alternativa não parece muito boa. Nem a viagem solitária, nem sua fórmula tribal ou gregária oferecem boas ocasiões para realizar uma verdadeira comunidade hedonista.

Em troca, viajar a dois me parece ilustrar uma fórmula romana, pois permite uma amizade construída, fabricada dia após dia, peça por peça. Nosso Ocidente cristianizado não aprecia a amizade, que se transformou numa virtude suspeita porque antinômica com a religião social, familista e comunitária. Além disso, a voga burguesa do casamento por amor torna caduco esse exercício pagão: no casal se pede, agora, que o outro desempenhe o conjunto dos papéis afetivos, inclusive o de confidente ou de companheiro. A conjugalidade, a coabitação, o tropismo genitor impedem a amizade como possibilidade existencial e ética. excelência dessa figura da intersubjetividade antiga desaparece completamente nas práticas modernas do companheirismo, da turma, da relação mundana, de convívio pobre destinado a conjurar sem esforço, solidão. As pessoas almoçam, jantam, passam juntas um fim de semana, distribuem papéis de

padrinho; ou madrinhas por ocasião do batismo dos respectivos filhos; os cônjuges participam dos encontros fraternos, é verdade, mas não se vive mais a dois, não se acredita mais na amizade, restando apenas enterrá-la como o cadáver de uma bela história decomposta.

Viajar a dois supõe a eleição. Nada pior que o companheiro obrigatório, que se vale de um destino comum para se impor como tal. Pobre de nós quando esse parasita vem se aproveitar da nossa solidão, e sobretudo da dele, para nos infligir sua conversa, sua presença, sua tagarelice. Malditos os grupos que querem nos agregar à sua comunidade indesejável, porque não suportam um indivíduo isolado, sem vínculos manifestos e visíveis! Viajar a dois permite distanciar do grupo os indesejáveis solitários, bem como escolher indivíduos realmente eleitos. Dois nos dispensa dos dissabores de um só e dos inconvenientes de muitos.

Nem a sós, nem com vários: circular com o amigo permite evitar a angústia multiplicada do trajeto solitário, da barreira das línguas estrangeiras, dos incômodos burocráticos nas fronteiras com funcionários e policiais de todo o mundo. O estrangeiro que circula livremente num país inquieta as autoridades, sobretudo onde não reina a democracia, isto é, na maioria dos lugares do planeta. A amizade serve de tônico necessário para a conjuração do estado de fragilidade consubstancial ao afastamento do domicílio, longe das referências habitualmente tranquilizadoras do animal em nós.

No exercício da amizade, o outro é o estranho menos estranho possível. Com ele se compartilham as palavras, o silêncio, a fadiga, o projeto, a realização, o riso, a tensão, o relaxamento, a emoção, a cumplicidade. Sua presença se manifesta antes da viagem, durante e depois. Em sua fase ascendente e em seu movimento descendente, no tempo do desejo, no do acontecimento e



depois no da lembrança e da reiteração, ele está presente, indefectível e necessário. No instante, no momento, ele torna possível a única verdadeira comunidade pensável, a das cumplicidades sem corpo que o tempo melhora, aperfeiçoa. A viagem constrói a amizade tanto quanto o inverso. O mesmo tempo vivido no modo da capilaridade alimenta substancialmente essa transfiguração de um pelo outro.

No detalhe da viagem, a amizade permite a descoberta de si e do outro. Vivemos sob os olhos dele, dia a dia, em estados de espírito diferentes, múltiplos e contraditórios. E a fadiga, como se sabe, contribui para a exacerbação das verdadeiras naturezas. Caminhar, ir e vir, comer pouco e mal, beber muito ou não suficientemente, levantar cedo, deitar tarde para aproveitar ao máximo o lugar e as circunstâncias, todas essas ocasiões colocam o corpo num outro estado. Mais frágil, mas também mais receptivo, esfolado, com a emoção à flor da pele, esmerado como um instrumento de alto valor, o corpo é como um sismógrafo hipersensível, portanto suscetível em excesso. Nessa lógica em que o infinitesimal conta por muito, a amizade se manifesta em todo o seu esplendor.

Essa virtude sublime se vive, não se sonha. A realização de uma viagem formula uma comunidade singular: lá onde o amor parece frágil, dependendo do uso dos corpos carnis, a amizade conhece uma verdadeira força, despreocupada e independente das aflições amorosas. A amizade, esse amor menos o corpo, gera um uso comum do tempo, do espaço e da energia. Entre amigos, então, tudo é comum a partir do princípio do contraponto: a força de um compensa a fraqueza do outro, a fadiga do primeiro convoca a resistência do segundo, a carência aqui induz à plenitude ali.

Um mesmo magnetismo circula entre os dois seres e

irriga as almas com um ardor sem igual. À maneira da harmonia musical, as diferenças combinadas produzem complementaridades, completudes, um tipo de obra melodiosa. A soma das duas entidades produz uma terceira figura que decide o conteúdo, a forma e o desenrolar da viagem. Os apetites, as aspirações, as determinações, as vontades pulverizam os cansaços os tédios, as negligências, as fraquezas. A improvisação nômade supõe levar em consideração um desejo terceiro e, longe de barrar o movimento de um, esse cuidado cria novos possíveis para o outro. Tudo o que um indivíduo sozinho conseguiria com esforço poupa os dois amigos reunidos, depois os galvaniza e mobiliza a energia na capacidade de uma realização comum.

Numa viagem digna desse nome, o amor se veria exposto, fragilizado. Por exemplo, na relação com o outro sexo, desviada ou interdita em sua espontaneidade numa viagem de amantes. A possibilidade de encontrar livremente as mulheres de um país, sem necessariamente buscar uma aventura sexual, é necessariamente travada pela presença da esposa, da companheira, da namorada. Do mesmo modo, as mulheres sofrem com o parasitismo de um marido, de um namorado ou de um companheiro nas relações delas com os homens autóctones. Como gêmeos, como andróginos alegres, os amigos constroem a viagem e esta, em contrapartida, num gesto paradoxal e singular, os constitui na sua intimidade. Partir com um amigo oferece a certeza de ir ao encontro de prazeres diamantinos.

## ORGANIZAR A MEMÓRIA

O poeta recluso no Harar convidava ao desregramento de todos os sentidos e à necessidade de fixar vertigens. Como proceder com os enlevos induzidos pela viagem? Escrever? Anotar? Desenhar? Enviar cartas? E, nesse caso, cartas breves ou longas? Preferir cartões-postais? Fotografar? Transportar consigo cadernos nos quais se consignam croquis e frases, palavras e silhuetas, cifras e números? Com capa de couro ou de papelão, com folhas presas ou soltas, bem organizadas ou negligentemente dispostas: que fetichismos para esses objetos cotidianos presentes em todas as circunstâncias? O viajante não poderia dispensar um suporte para fixar os abalos consubstanciais aos deslocamentos.

Contudo do perpétuo fluxo de informações nunca se retém a totalidade. A viagem, de fato, é uma ocasião para ampliar os cinco sentidos: sentir e ouvir mais vivamente, olhar e ver com mais intensidade, degustar ou tocar com mais atenção – o corpo abalado, tenso e disposto a novas experiências, registra mais dados que de costume. O viajante percebe-se menos preso aos detalhes do cotidiano do que submetido à prova fenomenológica: imerso no real, ele se conhece através do jogo da intencionalidade e da consciência, experimenta ser forçado a emergir como acontecimento e do nada onde são encontrados os resíduos da decisão. Viajar é uma intimação a funcionar sensualmente por inteiro. Emoção, afeição, entusiasmo, espanto, interrogação, surpresa, alegria e estupefação: tudo se mistura no exercício do belo e do sublime, do despaisamento e da diferença.

Registrar, portanto. Registrar aquilo que, no desenrolar temporal e fluido do tempo real, produz sentido, e quintessência a viagem. Inscrever, marcar na fita da cronologia durações magníficas, instantes que reúnem e resumem a ideia e depois sintetizam o espírito do deslocamento. A memória funciona assim: extrai da imensidão longa e lenta do diverso os pontos de referência vivos e densos que ajudarão a cristalizar, constituir e endurecer as lembranças. Eis aí a maneira da recordação: o que acompanha o espírito após ter abandonado há muito a geografia. Nessa ordem de ideias, a memória deve ser trabalhada e talhada como uma gema bruta.

Em primeiro lugar, considerar esse bloco de imagens e de sensações ao qual se reduz sempre uma viagem em sua imediatez. Emoções difusas, percepções desordenadas, colhidas em fragmentos, pedaços de real sem relações a priori, a não ser sua recepção num lugar, num tempo, numa hora e num local precisos. Quando se está no meio do acontecimento, só existe a multiplicidade de informações vividas em desordem: profusão de flechas, de solicitações, de fogos em feixe, nada havendo de sensato aqui e agora. O corpo se abre à experiência, registra e armazena o difuso, o diverso.

Assim, aceitar num primeiro momento o odor de um mercado oriental, o cheiro de incenso, de açafrão ou de sândalo de um templo budista, querer as cores arranjadas, azuis e violetas de um por do sol no alto das dunas do Saara, acolher com benevolência o calor seco, brutal e desidratante de um deserto africano, escutar com enlevo os gritos de aves raras ou o berro de um macaco, o coaxar do sapo-boi ou o rangido de milhares de insetos tropicais, saborear a sombra das ruelas, o frescor das ruas, a obscuridade das passagens nas cidades mediterrâneas, beber a água gelada de uma fonte

medieval perdida numa cidade contemporânea, deixar a boca ser tomada pelo gosto do mamão, pela violência verde de um limão, pelo amargor no entanto caramelizado de um café queniano, ou mesmo pelo tabaco egípcio perfumado de maçã ou por um ópio chinês, tocar a granulação, sentir a porosidade das pedras caídas de um templo siciliano onde vaguearam filósofos pré-socráticos – sentir violentamente o corpo existir na doçura de um instante vivido no modo mágico, mirífico e magnífico.

A seguir, esgotado o cotidiano, absorvidas as miríades sensuais, ordenar, traçar nesse bloco de emoções linhas de força, linhas de fuga, abrir ma passagem às energias, produzir sentido, organizar, construir. Donde a necessidade de elaborar a memória, de dominá-la com método. Fixar esse conjunto disperso exige o abandono, o esquecimento, a recusa do que atinge insuficientemente a carne e só deixa vestígios na memória clássica. Fixar o que fica nos músculos, nas articulações, no sangue, debaixo da pele, nas cadências da respiração ligadas aos ritmos profundos e aos metabolismos misteriosos, mas de maneira a priori invisível, impossível de solicitar pela memória clássica. A matéria recorda, os átomos não esquecem mas o reservatório mnemônico tradicional é vazio dessas referências.

Portanto, fixar com o auxílio de técnicas nas quais nos sentimos mais à vontade: a aquarela ou a fotografia, o poema ou o croqui, a nota breve ou o longo desenvolvimento, a carta ou o cartão-postal. Cada suporte convoca um tempo singular: de um lado a velocidade excessiva da máquina fotográfica, de outro a longa paciência da escrita poética trabalhada, aqui a imagem, ali o texto, num caso a cor misturada com água, num outro o traço seco e cursivo, o verbo desdobrado ou a palavra resumida, ou mesmo a fita gravada que

conserva a lembrança de uma noite em que se ouviam os batráquios enormes e os insetos monstruosos do continente africano. Pouco importa o suporte, desde que a memória produza lembranças, extraia quintessências, elabore referências com as quais organizar mais tarde o conjunto da viagem. No amontoado e na balbúrdia da experiência vivida, o vestígio cartografa e permite o levantamento de uma geografia sentimental.

Mais tarde, quando o tempo do acontecimento estiver longe de nós, restam instantes congelados em formas capazes de reativação imediata. Esses vestígios justificam menos a viagem do que a tornam parcialmente imortal. Nada pior do que um dilúvio de vestígios, uma abundância de fotografias – como a histeria contemporânea e turística que consiste em registrar tudo com seus aparelhos digitais e se arrisca a reduzir sua presença no mundo à mera atividade de filmar... Nada mais inútil que uma quantidade imensa de aquarelas, poemas, desenhos, páginas que tornam impossível o trabalho da memória e que, ao contrário, a desarranjam, aumentando a confusão e remetendo o diverso ou confuso ao ainda mais diverso e confuso.

Entre a ausência de vestígio e seu excesso, a fixação dos instantes fortes e raros transforma o tempo longo do acontecimento num tempo curto e denso: o do advento estético. Trata-se de, com longas durações, produzir emoções breves e tempo concentrado no qual se comprima o máximo de emoções experimentadas pelo corpo. Um poema bem-sucedido, uma foto expressiva, uma página que fica supõem a coincidência absoluta entre a experiência vivida, realizada, e a recordação reativada, sempre disponível não obstante o passar do tempo. De uma viagem só deveriam restar uns três ou quatro sinais, cinco ou seis, não mais que isso. Na verdade, não mais que os pontos cardeais necessários à orientação.

# INVENTAR UMA INOCÊNCIA

É difícil escapar das ideias preconcebidas de nossa época sobre a diversidade do mundo, na medida em que elas procedem, em sua maior parte, de um velho patrimônio cultural deletério: o espírito dos povos, o caráter das raças, o temperamento das nações e outras considerações oriundas da antropologia, dos relatos de viagem, da filosofia política, mas também de uma espécie de bom senso popular assentado. É estranho encontrar essas teorias errôneas tanto em Hegel, quando escreve sobre a filosofia da História e busca o surgimento da Razão no Real, quanto no sr. Homais, quando volta de férias no estrangeiro trazendo, como toda a bagagem intelectual, a mesquinha digestão de um guia de viagem. Ir a qualquer lugar é, na maioria das vezes, dirigir-se a lugares-comuns associados desde sempre à destinação eleita.

Encerrar povos e países em tradições reduzidas, elas mesmas, a duas ou três pobres ideias é confortador. pois sempre tranqüiliza submeter a inapreensível multiplicidade à unidade facilmente controlável: assim, africanos dotados para o ritmo, chineses fanáticos por comércio, asiáticos em geral talentosos para a dissimulação, japoneses polidos ao extremo, alemães obcecados pela ordem, suíços bem conhecidos por sua limpeza, franceses arrogantes, ingleses egocêntricos, espanhóis orgulhosos e fascinados pela morte, italianos fúteis, turcos desconfiados, canadenses hospitaleiros, russos associados a um senso agudo da fatalidade, brasileiros hedonistas, argentinos roídos pelo ressentimento e pela melancolia, enquanto os magrebinos (africanos do Norte] se caracterizam, evidentemente, pela hipocrisia e a delinqüência.

Lançados indiscriminadamente, esses lugares-comuns permitem explicar – pelo menos é o que se crê – o jazz americano e as finanças pós-maoístas, a genealogia do fascismo europeu e a legendária neutralidade helvética, a insularidade genética dos anglo-saxões e a sangrenta tourada ibérica, a exceção nacional francesa e a dramática máfia moscovita depois da Glasnost, a imigração à América do Norte, terra de acolhida dos aventureiros e dos colonos, o corpo alegre das praias de Copacabana e a longa e glacial comoção do tango nas caves de Buenos Aires, mas também as taxas de criminalidade elevadas nos países europeus, pouco importando a verdade, contanto que haja uma aparência de sentido. Se fosse feita uma lista não exaustiva dos julgamentos e das opiniões de uns sobre os outros, quem sairia incólume?

Algo de verdadeiro pôde fazer sentido, em todas essas quinquilharias intelectuais, na época dos fechamentos nacionais e das tradições locais, quando a viagem era rara, o turismo inexistente e o tempo mais lento, sempre igual desde milênios em espaços preservados da comunicação e das trocas. Nos tempos antidiluvianos, certamente se terá podido constatar a influência religiosa ou ideológica de grandes visões do mundo sobre tradições hospitaleiras ou pacíficas, conquistadoras ou intolerantes. Não se nasce impunemente numa terra conquistada de longa data por Moisés, Buda, Confúcio, Jesus ou Maomé. Somos marcados pela história, sem dúvida, mas também pela geografia, pela paisagem, e profundamente. No entanto, desde as viagens do século XVI, com a descoberta dos continentes, a penetração dos povos uns nos outros, o desaparecimento progressivo dos espaços vazios nos mapas, as conquistas mútuas e o cosmopolitismo



generalizado, o planeta se retraiu, o espírito dos povos fundiu-se na identidade de uma humanidade logo reduzida a uma única entidade espiritual.

Um dos riscos da viagem consiste em partir para verificar por si mesmo o quanto o país visitado corresponde à ideia que se faz dele. Entre o desejo de encontrar os lugares-comuns encarnados que ocupavam o espírito e o de lançar-se numa terra absolutamente virgem, existe uma meia medida: ela supõe uma arte de viajar inspirada pelo perspectivismo nietzschiano – nada de verdades absolutas, mas verdades relativas, nada de padrão métrico ideológico, metafísico ou ontológico para medir as outras civilizações, nada de instrumentos comparativos que imponham a leitura de um lugar com os referenciais de um outro, mas a vontade de deixar-se preencher pelo líquido local, à maneira dos vasos comunicantes.

Poderíamos chamar essa deplorável tendência de ver o real com o filtro da sua cultura a posição do missionário. De fato, os padres que partiam para evangelizar terras distantes decodificavam o lugar onde chegavam com a bagagem conceitual cristã, mais particularmente católica, apostólica e romana. Quando um padre branco chega em missão a um país africano ou no continente asiático, ele julga, afere e condena em função dos escritos bíblicos e dos Evangelhos. Essa atitude persiste em muitos turistas que apreendem hoje uma civilização ou uma cultura com os referenciais de seu espírito pré-fabricado e encerrado nos limites de seu tempo, de sua época e de seus caprichos.

A poligamia marroquina, a excisão maliana [da República do Mali], a infibulação etíope, o canibalismo guayáqui [Paraguai], o infanticídio chinês podem ser lidos como missionário que condena ou como etnólogo que tenta compreender: padre Huc versus Claude Lévi-

Strauss. É difícil não ser mais religioso e dispensar a leitura católica, inclusive em suas formas atuais, humanistas e embebidas na religião dos direitos do homem. É sabido desde Montaigne que “chamamos barbárie o que não é obra nossa”, e consente-se de bom grado a esse imperativo ético, mas apenas quando se trata de ler o mundo na perspectiva do politicamente correto, exportador dos valores ocidentais, leigos e herdados das Luzes. Mas como é possível, nesses países onde se praticam tais extravagâncias ontológicas, legislar intelectualmente com a Bíblia numa das mãos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na outra?

Viajar supõe menos o espírito missionário, nacionalista, eurocêntrico e estreito, do que a vontade etnológica, cosmopolita, descentrada e aberta. O turista compara, o viajante separa. O primeiro permanece à porta de uma civilização, toca de leve uma cultura e se contenta em perceber sua espuma, em apreender seus epifenômenos, de longe, como espectador engajado, militante de seu próprio enraizamento; o segundo procura entrar num mundo desconhecido, sem intenções prévias, como espectador desengajado, buscando nem rir nem chorar, nem julgar nem condenar, nem absolver nem lançar anátemas, mas pegar pelo interior, que é compreender, segundo a etimologia. O comparatista designa sempre o turista, o anatomista indica o viajante.

Assim, para ajudar a criar uma inocência recuperada, evitaremos partir a um país para lá constatar o que ensinam os lugares-comuns: evitaremos nos deslocar até a África para encontrar guerreiros masai que, com o ritmo na pele e a dança no sangue, se excitariam de maneira folclórica numa área demarcada pela agência de turismo que vive como parasita dessa exploração da paixão comparatista turística; não iremos a países de

tradição muçulmana para ver como se encarnam o refinamento árabe no cotidiano e a paixão islâmica pela abstração, pois nada disso se verá num lugar onde a religião impõe, ali como alhures, a dominação sobre os corpos; tampouco se veria o amor ao próximo dos cristãos ao passar uma temporada em Paris, Roma ou Dublin.

A inocência supõe o esquecimento do que se leu, ouviu, aprendeu. Não a negação, nem o abandono, mas a colocação à distância daquilo que parasita uma relação direta entre o espetáculo de um lugar e nós. Viajar solicita uma abertura passiva e generosa a emoções que advêm de um lugar a ser tomado em sua brutalidade primitiva, como uma oferenda mística e pagã. Longe dos clichês transmitidos por gerações acumuladas, longe das visões morais e moralizadoras, longe das reduções éticas e etnocêntricas, longe das reativações insidiosas do espírito colonizador e invasor, intolerante e bárbaro, a viagem solicita o desejo e o prazer da alteridade; não a diferença facilmente assimilável, mas a verdadeira resistência, a franca oposição, a dessemelhança maior e fundamental.

A invenção da inocência necessária à viagem exige, pois, o abandono das opiniões sobre o espírito dos povos, a recusa do olhar egocêntrico e missionário, mas também livrar-se dos preconceitos sobre a forma da viagem. Pois quase todos os autores especializados no assunto celebram a imersão, enaltecem o mérito das longas temporadas e dos investimentos novos – a aprendizagem da língua, o domicílio no local, a vida com os autóctones. Com quais objetivos? Compreender um país, captar sua natureza essencial, sentir verdadeiramente seu sabor? Dispor de uma inteligência ativa no interior dessa cultura, quando os seus nativos não a possuem?

A conversão não modifica em nada a questão:

permanecemos prisioneiros de nosso nascimento, de nossa terra natal, de nossa língua materna, murados nas dobraduras primitivas da infância. Um quarto de século vivido no Japão por um japonês nunca equivalerá metafisicamente à mesma duração vivida por um ocidental no mesmo lugar. A compreensão de um país não se obtém em virtude de um longo investimento temporal, mas segundo a ordem irracional e instintiva, às vezes breve e fulgurante, da pura subjetividade imersa no aleatório desejado. O preconceito racionalista supõe possível a compreensão de um lugar pelo simples esforço intelectual, pela via cerebral e voluntarista. Na verdade, turistas ou viajantes, somos tolerados como residentes espiritualmente engajados numa temporada mais ou menos longa, nunca à maneira visceral de um nativo.

Certamente tal missão, tal conversão e tal sacerdócio se compreendem e produzem efeitos. Mas acredito menos nas certezas obtidas pela duração da temporada do que por sua intensidade e pela qualidade de artista do observador nômade. Um bom viajante possui uma capacidade de registrar as menores variações, é sensível aos detalhes, à informação microscópica. Roland Barthes, com sua sensibilidade aguda, seu temperamento sismográfico, seu espírito vivo e sua inteligência mordaz, captou mais e melhor o Japão, mesmo ignorando tudo da língua e ficando lá por pouco tempo (85 dias em três temporadas, no total), do que especialistas diplomados em línguas orientais que estudaram a evolução do signo na literatura do período Edo, ou domiciliados num bairro popular de Kyoto. E o que dizer de um Claudel, cuja poesia capta o Oriente no seu cerne ao mesmo tempo em que ignora tudo do chinês e do japonês, embora ele tenha sido diplomata no Extremo-Oriente durante catorze anos e embaixador da França em Tóquio durante seis anos? O olhar instintivo do artista vale mais que a inteligência cerebral dos laboriosos do conceito.

O viajante necessita menos uma capacidade teórica do que uma aptidão para a visão. O talento para racionalizar é menos útil do que a graça. Quando a possui, o nômade-artista sabe e vê como visionário, compreende e capta sem explicações, por impulso natural. Ele pratica o que poderíamos chamar, em categorias espinosianas, o conhecimento do terceiro tipo, aquele que se alimenta de intuições e da penetração imediata da essência das coisas. Nesse caso, a realidade faz uma infusão por capilaridade no viajante que apreende. Uma vida inteira de exilado não basta; é a iluminação que permite, às vezes, atingir um epicentro que permanece obscuro ao peregrino desprovido de dom. Todos os viajantes, escritores da viagem, artistas do nomadismo experimentam essa evidência, pois todos vivem como iluminados, como incendiados, incandescentes.

É o caso do poeta, visionário por excelência lá onde outros se contentam com a posição de voyeur. Seu talento evita as tergiversações do mandarim, ignora as lentidões penosas do letrado e em toda parte vai além do sábio apegado a referências que o impedem de chegar à evidência. Alguns interpõem coisas em excesso entre o mundo e sua subjetividade: referências demais, leituras demais, marcas culturais demais, citações demais, rubricas demais; outros, alimentados por esses saberes, sabem, depois de alimentados, afastar com a mão a sombra projetada pelas bibliotecas e os arquivos. Nos termos de um Nicolau de Cusa, o viajante artista ganha em praticar a douda ignorância. O poeta a utiliza poderosamente.

Na escola da poesia, há uma familiaridade com o acaso objetivo caro a André Breton e aos surrealistas: tornar-se disponível aos acontecimentos para suscitar e

solicitar o advento, colocar-se à disposição do mundo para que advenha um sinal e surja uma epifania pagã, abrir-se ao real para penetrá-lo à maneira de um fruto decidido a dar-se, convencido da necessidade de oferecer-se. Assim disposto, esse viajante tocado pela graça põe seu corpo à disposição do inefável e do indizível que, metamorfoseados em impulsos e emoções se transformam em sentido e resultam em palavras, imagens, ícones, desenhos, cores, traços – em rastro que transfigura a efervescência de uma experiência em incandescência expressiva.

Donde a necessidade de um olhar vivo, de um olhar acerado, de uma percepção de predador; a águia nietzschiana fornece a metáfora. A soltura do corpo é necessária ao exercício da viagem. Pois a carne deve se colocar à disposição do mundo, registrar suas menores variações, partir em busca do menor detalhe perceptível por uma pele, um sensor olfativo, uma parcela do cérebro projetada pelo nervo ótico, uma superfície tátil, papilas, um pavilhão auditivo e sua cóclea. A alma material deve partir ao encontro do mundo que se manifesta de maneira atômica, em virtude do modo de propagação imanente dos simulacros. O viajante se alimenta deles, os busca e os persegue, os espreita e os caça: o real em todas as suas formas – eis em que consiste a sua presa.

Quando temos como padroeiros poetas, iluminados, inspirados ou mesmo loucos, místicos abrasados por sua espera, é inútil dar um crédito considerável aos apóstolos da conversão domiciliar, aos incensadores dos tempos longos, aos vendedores de dialetos, aos sacerdotes da vida transfigurada e vivida segundo o modo da teatralização da existência sob o signo da mudança de identidade: não abandonamos nosso temperamento, nosso caráter, nossas raízes. E há que celebrar prioritariamente o que em nós treme e se eletriza, se

mexe e se carrega de energia, faz oscilar a agulha do sismógrafo, em vez daquilo que apenas faz o cérebro trabalhar.

Não nos separamos do nosso ser, que nos habita e acompanha à maneira de uma sombra. Nas viagens, esse ser quer e vê, ordena e decide. Ninguém se despoja, como na troca de uma pele, dos ouropéis da sua cultura, da sua civilização. Pode-se apenas contorná-la, não deixá-la agir, quando reaparece com toda a força, dentro de cada um de nós, o faro da raposa e do cão, a visão da coruja e da águia, o ventre liso da serpente que ondula em contato com a terra. Ganha-se em renunciar, ali onde estamos, aos livros e aos documentos, às palavras e às páginas consultadas antes e a serem consultadas depois. Ganha-se em solicitar o animal dentro de nós, o que em nós subsiste do mamífero e se lembra das horas antigas, pré-históricas, nas quais o nomadismo exigia um corpo ágil, eficaz, flexível e forte. O animal desembaraçado, o corpo material, a alma atômica, os órgãos sensuais, o simulacro físico, a graça fisiológica – eis os instrumentos do poeta e do artista a serem ativados no viajante.

Para inventar uma inocência eficaz, e sempre quanto à forma da viagem, é preciso também desfazer-se e livrar-se de uma visão reacionária que supunha a viagem possível antes e a proclama impossível agora. Antes de quê? Antes da mudança do mundo, antes da globalização, da suposta uniformização do planeta, antes da modernidade. O fato é que essa tomada de posição procede da crença numa época ideal, num tempo anterior ao tempo no qual a viagem teria permitido chegar diretamente e sem dificuldade à verdade do país visitado. Ela decalca a ideia antiga, visível a partir de Hesíodo, de uma idade de ouro, seguida de uma idade de bronze e por fim de uma idade de ferro, distinções que só servem para assentar um pensamento da decadência, para convidar a

uma restauração, e também para criticar e detestar o presente.

O discurso decadentista reduz a possibilidade de viajar apenas aos descobridores. Aliás, é um lugar-comum a todos ou quase todos os relatos de viagem sonhar com uma idade anterior à penetração estrangeira no país visitado, com uma época de pureza, preservada da contaminação heterogênea do cosmopolitismo e das influências que vêm corromper e sujar. Uma antologia das deplorações poderia ser feita só com os comentários dos escritores viajantes desesperados de que Roma não estivesse mais em Roma. Que se pense no meio século de recriminações de um Théodore Monod a propósito do deserto desfigurado pelos homens.

A modernidade teria triunfado sobre o Diverso – assim como teria obtido a pele de Deus, da Arte, do Belo, do Verdadeiro, do Bem e outras quimeras semelhantes. Assim a viagem não seria mais possível, tendo o Diverso desaparecido em favor de um triunfo do Mesmo. Técnica eficaz, motores de alto desempenho, culto da velocidade, meios de transporte novos, eletricidade generalizada, turismo de massa, capitalismo planetário, tecnologias de comunicação novas, mídias geradoras de virtualidades triunfantes... Então nada mais subsistiria como antes? O fim da história anunciado há pouco por um hegeliano de terceira mão, acessoriamente conselheiro do Departamento de Estado americano, teria precipitado a geografia no mesmo abismo? Restaria um espetáculo desolador e a constatação de um niilismo planetário que mergulha no desespero generalizado?

Não, pois a história não está morta, ela viverá enquanto os homens viverem e desde que um único indivíduo se recuse à dominação universal de uma nação com moeda poderosa ou ao Estado planetário. E, se evidentemente há sinais de erradicação das diferenças e



de supressão do Diverso, seria um erro confundir os movimentos flutuantes da história com a permanência da geografia ligada à perenidade geológica. É verdade que todas as grandes cidades do planeta se assemelham cada vez mais. Mas o real do planeta não se reduz somente a elas. Pensar o mundo sem camponeses e sem paisagens, eis a visão e a obsessão dos urbanos. Pois a paisagem dura e persiste, mesmo ameaçada pelos homens. E o Diverso reside nela, nos campos, visível e identificável nas epifanias naturais, longe dos artificios da cultura.

O tempo passa, as civilizações se deslocam, elas nascem, crescem, morrem, conhecem um ponto de apogeu, depois iniciam uma descida e desaparecem, são substituídas por outras, mais vivas, mais ativas, mais fortes e melhor adaptadas. Que ridículo querer imobilizar um lugar temporalmente visível numa eternidade inexistente! A China de Confúcio não é a do padre Huc, nem a de Segalen, de Claudel ou de Simon Leys. Se é um mesmo lugar em tempos diferentes, como escapar desse truísmo? Como querer o aparecimento de um lugar na única dimensão que lhe é vedada, isto é, fora da temporalidade?

Somente os fantasmas presidem ao desejo de uma história parada e independente das condições de exercício do tempo real. Sob a espuma da globalização liberal e da globalização econômica persistem as correntes, os movimentos e as dinâmicas das profundidades eternamente induzidas pela geografia e suas energias telúricas.

A modernidade fabrica megalópoles muito semelhantes, sem dúvida, mas ela não consegue suprimir as geografias. Quem se proporia viajar exclusivamente às capitais planetárias para se aproximar de uma civilização ou de uma cultura? Quem gostaria, para descobrir a essência de um país, de colecionar Cidade do México e

Nova York, Sydney e Buenos Aires, Xangai e São Paulo, Calcutá e Cairo, Manila e Bangcoc? É verdade que essas dez cidades contém, juntas, quase duzentos milhões de habitantes, mas todas parecem os clones de uma mesma metrópole fragmentada e disseminada de maneira aleatória no planeta. A modernidade reduziu a história, mas poupa a geografia.

Os climas persistem, mesmo violentados pelos homens, as estações, os ritmos planetários e as alternâncias cosmológicas também, tudo regulado como um sistema de relojoaria com uma fineza e uma exatidão inigualáveis. A multiplicidade dos ventos e a infinidade dos astros, a tectônica das placas e a deriva dos continentes, o movimento das marés e o jogo de solstícios e equinócios, o deslocamento das montanhas e o derretimento das geleiras, a escavação dos leitos fluviais e o traçado das correntes marinhas, tudo isso testemunha em favor de um tempo longo e lento, geológico e geomorfológico, o da meditação e da interação com almas sintonizadas. Viajar supõe, à maneira das aves migratórias nas quais o relógio interno, o metabolismo e o magnetismo decidem seus movimentos, colocar-se à escuta do que em nós procede da eternidade do sistema solar e que jaz no mais profundo da combinação de nossos átomos.

Enfim, os defensores de uma forma antiga e ultrapassada de viagem invocam a lentidão e maldizem a velocidade, causa de todos os males. Celebram o passo do burro, a marcha a pé, o lombo de camelo, o barco movido a roda, a travessia dos oceanos em cruzeiro, a descida dos cursos d'água em barça, as carroças puxadas por cavalos, as estadias prolongadas em albergues, em hospedarias rurais, na casa do habitante, as imobilizações voluntárias ou involuntárias, um tipo de sedentarismo reinstalado na casa do outro. Imaginam que

assim, deixando o tempo passar, sem pressa, há mais infusão, mais impregnação, que experimentam uma empatia mais autêntica, realizam um melhor encontro. Evidentemente, os defensores dessa hipótese parmenidiana detestam o avião, símbolo do pior em matéria de viagem.

Eu adoro o avião, que espera seu Marinetti ou seu poeta futurista antifascista. Contudo o avião induz uma metafísica nova, contribui para a criação de uma outra percepção do tempo e do espaço. Antes dele, essas formas a priori da sensibilidade kantiana se deduzem filosoficamente; depois dele, elas se constatarem experimentalmente: o tempo é espaço, velocidade, deslocamento, é a translação num entremeio, assim como uma percepção corporal e subjetiva, uma sensação individual e pessoal. Não o tempo absoluto, não a ideia do tempo relacionada à eternidade, não o número do movimento, mas a pura consciência de si captada em durações variáveis.

A velocidade do avião modifica a apreensão do espaço e contribui para a sua redução. O planeta se torna visível, parece pequeno, de repente se percebe sua totalidade num simples golpe de vista. A volta ao mundo não parece mais uma ideia impossível, mas um projeto pensável. A rotundidade fascina, como símbolo de perfeição – pensemos na esfera parmenidiana –, como superfície sem dobra cujos pontos crepitam todos a igual distância do centro da Terra, fogo furioso e núcleo incandescente. Nas telas de cristais líquidos, durante a viagem aérea, sucedem-se mapas que reduzem o espaço real a um desenho em que o verde das terras e o azul dos mares são cortados pelo traço vermelho do deslocamento. Lentamente, por pequenos saltos sucessivos, por pontilhados e arrastos espasmódicos, um aviãozinho icônico desloca-se, atravessa os oceanos,

sobrevoa as montanhas, paira acima das planícies, cruza fronteiras, ignora os homens e perfura as nuvens, risca e fende o ar gelado, escoo no puro éter azulado, desliza nas trevas espessas ao mesmo tempo em que domina as cidades tentaculares e luminosas, os portos desenhados pela claridade das luzes amarelas, ou a espantosa vibração noturna dos desertos invisíveis. Sentir-se homem a bordo desse instrumento transformado em energia e em velocidade metamorfoseia a alma de maneira mais segura do que uma leitura dos Evangelhos.

Corporalmente experimentamos a unidade do planeta, sua pequenez, sua totalidade e sua diversidade. O mapamúndi das escolas primárias ou os mapas pendurados nas salas de aula de nossa infância têm então um significado claro. Eu me digo sempre, em voo, que a geografia deveria ser ensinada às crianças em aviões, conduzindo-as gratuitamente de um ponto a outro, para dar-lhes a ocasião de ver o campanário de uma aldeia natal, de constatar o recorte da sua cidade, de captar numa única visão seu desenho traçado no campo ao redor, de seguir com o olhar o leito de um riacho, de um rio, de um curso d'água, de ver transformados em espelhos densos e luminosos os açudes, os lagos, os pântanos nos quais se reflete o sol. Lições de geografia para aprender a amar seu país de maneira visceral – como o retrato maravilhoso leito por Michelet em suas páginas soberbas sobre a França.

O avião, como se sabe desde a ficção alada de Luciano de Samósata [grego do século II] no *Icaromenipo*, dá lições de filosofia: tudo o que parece grande e importante no chão se torna pequeno, mesquinho, irrisório e insignificante no ar. Alguns se esforçam para acreditar essenciais suas pequenas histórias, seus pequenos negócios, quando, visto do céu, tudo é acanhado e indiferente. Lição de sabedoria à

antiga. O avião edifica tanto no terreno metafísico quanto no filosófico: de repente nos sentimos o fragmento de um grande todo, peça irrisória de um mecanismo que nos contém e nos ultrapassa. Sabedoria de um gênero panteísta e pagão: temos a apercepção da terra, dos seus elementos, e de nenhuma nação. A história desaparece, preocupada demais com peripécias locais, em favor da geografia, familiarizada com as durações indefinidas e as lentidões magníficas.

Além disso, o avião oferece também uma lição tecnófila: com ele, as coerções da natureza desaparecem sob os efeitos conjugados do artifício desejado pelos homens. O barco contraria a superfície plana dos oceanos, e o submarino, os abismos, as profundezas; o avião zomba da resistência do ar; o trem e o carro ignoram os imperativos e os imponderáveis da terra: todos os elementos encontram no artifício correspondente um meio de ultrapassagem, de negação. O poder dos homens se manifesta no motor que liberta e permite evitar o embargo. No habitáculo dessas máquinas de guerra lançadas contra o império da natureza, experimenta-se o gozo moderno em contato com um novo sublime.

O avião, enfim, nos liberta das exigências climatológicas, sazonais, geológicas, históricas, políticas. Permite, no mais curto prazo, fugir do inverno rigoroso quando desejamos o calor dos trópicos, acabar com as longas noites posteriores ao equinócio de outono quando aspiramos aos dias prolongados, escapar de uma ditadura, de uma tirania, de um regime autoritário, afastar-nos de regiões perigosas onde há derramamentos vulcânicos, terremotos recorrentes, catástrofes devidas à seca, à chuva ou a outros delírios climáticos. Cada ponto do globo se torna imediatamente acessível, e a vontade é capaz de vencer as resistências.

Por todas essas razões, amo o avião – mas amo-o tanto quanto os outros meios de transporte que transformam o corpo em projétil lançado, com maior ou menor velocidade, na superfície da terra, na atmosfera e sobre os mares, quando não debaixo deles... No século recentemente terminado, a velocidade atesta e identifica nossa modernidade. Ela explica a revolução informática, a globalização, o cosmopolitismo, ela impregna as visões de mundo, as éticas, as metafísicas, as políticas e mesmo as religiões ou as espiritualidades reformuladas de hoje: o instante passa a ser a única modalidade do real. A perda de referências no passado e no futuro obriga a gozar apenas a duração instantânea. Queira-se ou não, é assim. Um elogio reacionário à lentidão implica deleitar-se na nostalgia, alimentar a paixão fácil pelas lembranças e cultivar a angústia do futuro.

Aceitemos essa revolução para querê-la, amá-la e usá-la no que ela permite de melhor. Não fustigar o avião que transforma a viagem de antanho, mas celebrar esse novo instrumento gerador de um outro modo de viajar, na medida em que a marcha a pé ou em lombo de burro continuam disponíveis para os inimigos da velocidade. De Stevenson a Lacarrière, sempre houve ferozes defensores da medida do tempo a passo animal ou humano, e tanto melhor assim. O que a modernidade fez foi permitir escolher nossa própria relação com o tempo, ela não obriga – ao contrário do passado, não sem razão, que obrigava em função de seus limites. Montaigne a cavalo, Rimbaud a pé, Morand de barco, Cendrars de trem, Bouvier de carro, Chatwin de avião, evidentemente, mas nada impede Kenneth White ou Guido Cerronetti de caminhar, ou mesmo Théodore Monod de optar pela marcha de dromedários...

Os inimigos da velocidade do avião também criticam o telefone, fixo ou celular, a telecópia, o computador

portátil, as mensagens eletrônicas, culpados igualmente de precipitar a morte da Viagem. Ora, do mesmo modo que o avião, essas tecnologias novas não impedem de viajar, pelo contrário, elas permitem às pessoas deslocar-se de outro modo, diferentemente, menos separadas dos seus. São úteis para fixar vertigens, formular impressões, colocar emoções em palavras. Comunicar supõe o domínio dessas máquinas, não o inverso. Condenáveis quando suscitam uma nova escravidão, uma incapacidade de usufruir o presente no estrangeiro, elas se tornam mágicas para compartilhar, oferecer aos amigos cartões-postais sonoros, fragmentos de viagem, sinais de afeto enviados por impulsos digitais da outra ponta do mundo, apesar da ausência e para além da separação.

Assim como a carta de Flaubert ou o cartão-postal de Artaud não impediam a viagem ao Egito ou ao México, a chamada telefônica de Gaspésie para falar da subida das baleias na foz do Saint-Laurent ou o recurso ao e-mail para descrever a arquitetura de Brasília a uma pessoa amada não impedem uma real presença no Quebec ou no Brasil. A velocidade da troca de informações, dos transportes, das transferências e translações não destroem a essência da viagem, mas sua forma antiga. As técnicas modernas possibilitam experiências contemporâneas, transfiguram os acontecimentos da viagem, tornam possíveis novos. As gravuras de Vivant Denon não impedem as fotografias de Cartier-Bresson, as chamadas telefônicas transatlânticas também não acabam com as páginas escritas, os relatos ou os poemas. Amanhã, ou quem sabe hoje, um André Velter enviará pelo correio eletrônico um poema escrito na praça de Cluj, numa Romênia saturada pelo cheiro seminal das tílias em flor. Depois de amanhã, outras técnicas serão as aliadas dos viajantes que, no entanto, continuarão sendo artistas e poetas.

# DEPARAR COM A SUBJETIVIDADE

Nós mesmos, eis a grande questão da viagem. Nós mesmos e nada mais. Ou pouco mais. Certamente há muitos pretextos, ocasiões e justificativas, mas em realidade só pegamos a estrada movidos pelo desejo de partir em nossa própria busca com o propósito, muito hipotético, de nos reencontrarmos ou, quem sabe, de nos encontrarmos. A volta ao planeta nem sempre é suficiente para obter esse encontro. Tampouco uma existência inteira, às vezes. Quantos desvios, e por quantos lugares, antes de nos sabermos em presença do que levanta um pouco o véu do ser! Os trajetos dos viajantes coincidem sempre, em segredo, com buscas iniciáticas que põem em jogo a identidade. Também aí o viajante e o turista se distinguem e se opõem radicalmente. Um não cessa de buscar e às vezes encontra, o outro nada busca e, portanto, nada obtém.

A viagem supõe uma experimentação em nós que tem a ver com exercícios costumeiros entre os filósofos antigos: o que posso saber de mim? O que posso aprender e descobrir a meu respeito se mudo de lugares habituais e modifico minhas referências? O que resta da minha identidade quando são suprimidos vínculos sociais, comunitários, tribais, quando me vejo sozinho, ou quase, num ambiente hostil ou pelo menos inquietante, perturbador, angustiante? O que subsiste do meu ser quando se subtraem os apêndices gregários? O que será do núcleo duro da minha personalidade diante de um real sem rituais ou conjurações constituídas? A grande volta ao mundo permite nos reencontrarmos da maneira como a eternidade nos conserva.



Convém esclarecer, pois toda a filosofia ocidental clássica se perde neste ponto: o eu não é detestável. Nem venerável. Ele é simplesmente considerável, no sentido etimológico de ser digno de consideração. Nem ódio nem celebração de si, mas uma justa estima que permite trabalhar sobre nosso ser como sobre um objeto estranho, sobre uma pedra informe à espera do cinzel e da hora do escultor. Toda viagem é iniciática – assim como uma iniciação não cessa de ser uma viagem. Antes, durante e depois se descobrem verdades essenciais que estruturam a identidade.

Não gosto da viagem dos que se punem e usam o eu como um animal a ser mortificado. Estes se deslocam para expiar a existência e transportam seu mal-estar para buscar desfazer-se dele. Sem sucesso, evidentemente, pois não nos livramos de nossas partes malditas e de nossa negatividade como se fossem velhas escamas caducas na pele de um sáurio. Estes carregam a alma como um castigo, à maneira de uma cruz, de um fardo. Infligem-se dores, sofrimentos, feridas, buscam os espinhos e o sangue na testa, depois o golpe de lança no peito. Entre esses fanáticos do cilício estão os esportistas com mania de performance: atravessar o Atlântico a remo, dar a volta ao mundo de bicicleta, andar várias centenas de quilômetros nos ventos furiosos da Antártida ou num meio hostil e perigoso, fazer expedições em condições extremas e outras variações do ódio de si.

Outros fizeram a peregrinação de Compostela de joelhos, mas o espírito permanece: exigir do corpo que vá além de seus limites, obter dele suor, sangue, lágrimas, crostas, ou então curiosidades médicas: disenterias, úlceras, tumores, calos, arranhões, picadas, purulências, infecções. Pés e mãos gelados, rostos queimados, membros tetanizados, corpo anquilosado, alucinado pela falta de sono ou pela alimentação sumária: nos relatos de viajantes esportistas proliferam

observações e considerações desse tipo. Os amantes de sensações mais do que fortes, que vivem o corpo segundo o princípio da punição, transformam a viagem em caminho da cruz. Não gosto dos caminhos da cruz...

A viagem tem menos a ver com a subida do Gólgota do que com o convite socrático a conhecer-se. A dor não apresenta nenhuma utilidade nesse processo de descoberta de si. Nada de essencial se descobre sobre a intimidade ao voltar a pulsão de morte contra si e ao querer transfigurar esse gesto em estética do sofrimento. Basta a negatividade nas doses injetadas naturalmente pelo real: não há necessidade de aumentar essa energia negra e ruim. Na viagem de performance, o desafio mal esconde, na maioria das vezes, as intenções masoquistas de uma alma sofrida – ou melhor, de um inconsciente atormentado. O gosto por mordidas de aranha, serpentes venenosas, plantas vesicantes, desertos perigosos, insetos tóxicos, sujeira e elementos hostis procede de uma lógica exacerbada nos grupos de combate militares ou nas celas monacais.

O projeto socrático não requer o uso de si como uma coisa, um objeto inimigo. Pelo contrário. A auto-estima, que não se deve confundir com amor, veneração ou complacência em relação a si mesmo, tem seus melhores auspícios nos antípodas do ideal ascético. Nem recusa nem celebração de si, mas sábio desvio pelo mundo para chegar a um justo conhecimento da identidade íntima. A viagem ilustra a “casuística do egoísmo” nietzschiana, ela dá um conteúdo tangível ao regime dos prazeres e permite a confusão da ética e da estética. Na verdade, ela resume a possibilidade de uma estetização da existência em circunstâncias concretas. Desse modo, faz parte de uma ascese metafísica e conduz ao caminho que leva à apropriação alegre e justa da nossa vida.

No centro da viagem não há outra referência senão o eu. Montaigne fornece um exemplo explícito desse egotismo do nômade: em Luca ou em Roma, em Loreto e em Veneza, em Ausburgo e em Constança, o filósofo permanece no centro de si mesmo, como insistência impossível de erradicar. E o epicentro dessa identidade é o corpo, a carne do viajante: seus cálculos, suas pedras nos rins, suas fadigas, seus banhos, suas bebidas, seus alimentos, seu sono. O mundo ao redor se organiza, se oferece em espetáculo, se mostra e se conta, mas como planetas gravitando em torno de um astro que ocupa o centro, real.

É certo que não evitamos nossa própria companhia – para alguns, a pior. O que a alma embarca na partida reaparece na chegada, multiplicado: dores e feridas, tédios e tormentos, pesares e infelicidades, tristezas e melancolias se amplificam na viagem. Não nos curamos ao dar a volta ao mundo, pelo contrário, exacerbamos nossos mal-estares, aprofundamos nossos abismos. Longe de ser uma terapia, a viagem define uma ontologia, uma arte do ser, uma poética de si. Partir para perder-se aumenta os riscos, já consideráveis, de ver-se diante de si, pior: diante do mais temível de si.

O eu não se dilui no mundo, ele o colore, lhe dá formas. O real não existe em si, mas percebido. O que, evidentemente, supõe uma consciência para percebê-lo. Esse filtro pelo qual o mundo passa organiza a representação e gera uma visão. Por sua essência, o ser do mundo procede do ser que o olha. A viagem teatraliza essa operação metafísica, acelera essa alquimia. Ora, por trás de cada fragmento destacado do mundo há um corpo que lhe confere a existência em geral e suas propriedades em particular. Em virtude da longínqua teoria humoral dos antigos, a bile negra em excesso num indivíduo transbordará e invadirá o mundo que ele atravessa. Em

toda parte onde ele estiver, a dominante será sombria e de uma obscuridade profunda.

Ninguém viaja para se curar de si, mas para ficar mais aguerrido, fortalecido, para se sentir e se conhecer de maneira mais apurada. No estrangeiro, nunca se é um estranho para si, mas sempre o mais íntimo, o mais insistente, o mais colado em sua sombra. Diante de nós mesmos, mais do que nunca obrigados a nos olhar, mergulhamos mais profundamente em nosso centro de gravidade, na medida em que nos falta o outro para nos distrair de nossa presença forçada. A destinação de uma viagem não cessa de coincidir com o núcleo do ser e da identidade, impossível de romper. Por trás do arsenal toponímico dos mapas geográficos se ocultam inacreditáveis variações sobre o tema da subjetividade.

Fora de nosso domicílio, no exercício perigoso do nomadismo, o primeiro viajante com quem deparamos somos nós mesmos. Permanentemente, em todas as esquinas, em cada ângulo, nos cruzamentos e nas praças, nas cidades ou nos desertos, na sombra ou na luz, em todas as trilhas e em todos os acidentes da paisagem, sempre e em toda parte nosso personagem busca a ordem íntima. No cenário terrestre vagueiam almas penadas em busca de um corpo a habitar definitivamente, na paz e na serenidade recuperadas. Ao redor do globo se sucedem essas operações de reificação permanente. A peregrinação tem segredos compartilhados com a demiurgia. Contudo a estranheza do mundo condena a satisfazer-se com a familiaridade mais imediata, aquela que cada um de nós mantém com seu âmago.

Nosso eu confunde-se com nossa língua, nossas lembranças, nossa história, nossa memória, ele resume nossos hábitos e se dissimula nas dobras do corpo. Num país desconhecido, o animal inquieto dentro de nós levanta a cabeça, ouve uma voz incompreensível, evolui

num espaço desprovido de referências, experimenta a diferença, a grande diferença que isola, corta, separa, depois põe de lado e exclui. No topo do mundo, no fundo dos abismos, no meio dos desertos e do oceano, o eu ainda conduz a dança, mais do que nunca. Tragicamente, o indivíduo é incapaz de ultrapassar a identidade que o contém. No estrangeiro, essa identidade flutua, sem laços, sem pontos de referência. Ela espera o rochedo onde permutar sua errância nômade por um artifício que lhe permita esboçar os traços de um sedentarismo.

Em seu trajeto, encontrará um outro que provavelmente não tornará a rever, uma alteridade gratuita, uma pura alteridade. O grande número de relações contraídas noutra lugar, que não o território habitual, se diluem, se evaporam no calor e no ruído do retorno ao mundo comum. É assim que toda a intersubjetividade se instala no terreno do artifício, da contingência, do que poderia não ter acontecido. É assim que podemos nos descobrir sem compromissos sociais, sem obrigações políticas, no sentido primeiro do termo, nus diante de um ser que suscita o exercício da fala e do signo sem amanhã. Nesse jogo com um tempo suspenso, fragmentos do inconsciente habitualmente calados emergem à superfície e produzem efeitos: angústia ou entusiasmo, assombro ou excitação, recolhimento ou expansão, prazeres centrípetos ou desejos centrífugos. Em todos os casos, uma dinâmica trabalha vivamente a alma e lhe impede o repouso.

Viajar conduz inexoravelmente à subjetividade. Dividida, fragmentada, espalhada ou compacta, é sempre diante dela que acabamos por chegar, como diante de um espelho que nos convida a fazer o balanço de nosso trajeto socrático: o que aprendi de mim? O que posso saber com mais certeza do que antes da minha partida? Os filósofos da Antiguidade grega sabiam a função

formadora do deslocamento. Todos percorreram a bacia do Mediterrâneo, abandonaram a Europa pela África, viajaram até o Oriente Próximo, depois até o Extremo Oriente: Líbia, Egito, Mesopotâmia, China ou mesmo Índia. A Grécia, matriz do continente europeu, vai buscar nas águas do Mediterrâneo e trazer para Atenas a astronomia, as matemáticas, a filosofia, o comércio, a poesia, a geografia, a geometria, a arquitetura e o monoteísmo.

Pitágoras, Demócrito e Platão fabricam o Ocidente ao aclimatarem as cifras e os números egípcios, ao desdobrarem os mapas celestes caldeus, ao copiarem a sabedoria dos gimnosofistas indianos ou etíopes, ao dissertarem sobre as cosmogonias mesopotâmias, ao visitarem os cirenaicos junto ao deserto da Líbia, ao reativarem ensinamentos recebidos talvez na China. A virtualidade informática contemporânea parece mais lenta que os barcos que cruzavam o mar que banha Roma e Atenas, Alexandria e Cartago, Beirute e Gênova. As redes da época funcionavam com capacidades consideráveis, os homens circulavam em quantidade ao mesmo tempo em que os bens, as riquezas e também as ideias. Viajar supunha então seguir essas passagens, misturar-se às energias que irrigavam o território mediterrâneo a partir dos países próximos e das culturas circunvizinhas. Ir de um ponto a outro, ontem como hoje, depende menos da experiência histórica ou geográfica quantificável por um historiador como Braudel que da experiência ontológica e metafísica mensurável por filósofos, poetas e artistas. Para além da história quantitativa revela-se, frágil e nova, uma geografia poética.

# ENTREMEIO II

## REENCONTRAR UM LUGAR

Depois do tempo ascendente do desejo, depois do tempo excitante do acontecimento, chega o momento descendente do retorno. Não há viagem sem reencontro com Ítaca, que dá sentido ao deslocamento. Um exercício perpétuo de nomadismo sairia dos limites da viagem para entrar na errância permanente, na vagabundagem. Os próprios nômades praticam um tipo de sedentarismo, pois percorrem trajetos habituais, se instalam na rotina de um deslocamento, sempre o mesmo, servem-se das mesmas referências, ramagens secas, montes de pedras, linhas e rastros feitos por animais, leem sempre do mesmo modo o mapa das estrelas ou dos movimentos do sol, mas também porque vão a lugares onde têm seus hábitos, suas práticas tribais e rituais na arte de ocupar os solos.

Assim como o sedentarismo contínuo não me agradaria, o nomadismo permanente não me seduz: as raízes, o local, a vida há muito tempo num lugar idêntico não podem ser considerados sem um recurso regular a deslocamentos ao redor do planeta. Não consigo viver, trabalhar, habitar a província baixo-normanda, e sobretudo evitar Paris, senão pela possibilidade regular de ir e vir de maneira transatlântica, transmediterrânea, africana ou europeia. Entre a fixidez das ostras e a loucura furiosa dos paramécios, podemos aspirar ao deslocamento animal, certamente, mas entre o passo aveludado da fera desejosa de vida densa, violenta e o longo voo livre da ave sedenta de embriaguez no azul. Não se me convém nem a existência espetada à maneira de uma borboleta capturada no êxtase entomológico, nem a vida instável e agitada dos cotidianos sem destinação:



entendo a viagem como um momento num movimento mais geral – não como um movimento por si só.

Tanto mais porque o reencontro com o domicílio dá um sentido, o seu sentido, ao nomadismo – e vice-versa. A alternância de partidas e regressos permite, como em Heidegger, uma verdadeira definição do habitar. Como conviver com o lugar da residência eleita, com os hábitos, o ritual, as referências? De que maneira reatar, no artifício e segundo os princípios da cultura, com as forças comportamentais apontadas pela etologia? Que relações mantêm a casa e a toca, a superfície de um apartamento e o território marcado pelos dejetos de um animal? Qual a proximidade entre o que se passa atrás da porta, após girar a chave ao regressar, e a disposição troglodita de um mamífero terrestre?

A habitação não se confunde todavia com a ocupação pura e simples de um lugar. Não basta dispor de algumas roupas, de alguns bens num espaço, para fazer dele um domicílio. No ato de habitar se concentram práticas de arquivos cotidianos, é verdade, mas se articulam igualmente hábitos e rituais sem os quais não se afasta a angústia, que atormenta o corpo e a alma. Uma residência passageira não significa morar, nem ter instalado sua moradia. Aliás, a etimologia assinala que, entre instalar a moradia num lugar preciso, morar em algum lugar de modo recorrente, ser intimado como devedor ou ser qualificado de retardado, existe uma relação íntima: a cada vez tardamos. Tardamos em considerar uma partida, em partir de novo, um saldar uma dívida ou em despertar a inteligência.

Habitar significa, portanto, tardar em volta do logo, à maneira pré-histórica, perto do fogo que aquece, afasta o perigo das feras e protege das intempéries. Habitação é também a pousada dos animais escondidos dos predadores e protegidos dos riscos de luta resultantes do

fato de viverem num mesmo espaço. A pousada pode ser a toca, o refúgio, as marcas deixadas no chão. E a etimologia mostra, também aqui, um parentesco entre pousada e jazigo, entre pousar e jazer, estar deitado. Repousar, dormir, recompor as forças – quando não instalar-se para sempre na posição da estátua jacente, incorruptível, petrificada no mármore da morte, semelhante a si mesma para sempre.

Reencontrar o lugar que habitamos habitualmente permite, às vezes à maneira de um Littré lexicógrafo dotado para as hipóteses, aproximar *habitus*, hábito, habitação, habitar. O domicílio assinala o lugar onde os riscos são os menores e onde se depõem no chão as armas, as bagagens, o que estorva em tempo normal. As leis da hospitalidade dizem isso: deve-se dar proteção sob um teto. Depois da viagem, do movimento, da efervescência, o retorno a casa (*maison*, em francês, palavra fixada etimologicamente a partir de *mainere*, ficar) autoriza a recuperação das forças e das energias despendidas. Ele obstrui a histeria do movimento que, caso contrário, ficaria girando sem fim.

Nunca retornar, ficar girando sempre, produziria uma embriaguez de dervixe. Percorrer o mundo como libertino supõe pensá-lo a seguir como beneditino. A casa equivale tanto a uma cela de monge quanto a uma toca. Ela se organiza em torno da biblioteca, dos papéis, dos arquivos, dos cadernos de apontamentos, das fichas, dos projetos de escrita. Mas também em torno daquilo que Charles Fourier chama uma paixão pivotante: uma figura, uma pessoa em torno da qual se organiza o lar e que guarda o fogo ativo enquanto se sacia, na rotundidade do planeta, uma pulsão caçadora e nômade, dinâmica e imperiosa. Voltar para casa permite retomar o estado de espírito dos indivíduos que reencontravam a caverna após terem cruzado, numa natureza inquietante,

com mamutes, cervos, auroques e renas perigosos para eles.

Todos os grandes viajantes retornam ao porto, ao porto de matrícula depois dos quarenta anos, depois das peripécias planetárias, das aventuras selvagens e perigosas. Quando os vikings descobrem a América – bem antes de Cristóvão Colombo –, eles abandonam as costas escandinavas, atravessam o Atlântico, abordam a América do Norte, ficam algum tempo e tornam a partir em direção à terra natal. Do mesmo modo, os trajetos múltiplos de viajantes impenitentes como Victor Segalen, Ella Maillard, Nicolas Bouvier, Bruce Chatwin, Jacques Lacarrière, Kenneth White ou Michel Le Bris não excluem, pelo contrário, a serenidade de uma habitação, que foi respectivamente Brest, Chandolin (perto de Genebra), Cologny na Suíça, Sheffield na Grã-Bretanha, Sacy na Borgonha, Trébeurden e Terenez na Bretanha. Nenhum deles, o que não deve causar surpresa, elegeu domicílio fixo em Paris...

O lugar deixado e depois reencontrado é o eixo em torno do qual oscila a agulha da bússola. Sem ele não há pontos cardeais, nem rosa dos ventos, nem possibilidade de deslocar-se e de organizar uma busca nos mapas do mundo. Nele, treme e vibra, frágil, o aço que indica o norte magnético da bússola, sem a qual não há direção, nem ida nem retorno possíveis. Uma cartografia sem indicações de direção não apresenta interesse, não tem sentido. Tampouco quando lhe falta uma escala. O domicílio funciona como bússola, cuja etimologia remete à forma original, uma pequena caixa – como a casa.

Somente Deus, a acreditar no que disse Pascal, permite-se o luxo de existir como uma esfera cujo centro está em toda parte, e a circunferência, em nenhuma. Com exceção dele, que tem esse privilégio ligado à sua condição, nenhum ser humano se move no planeta sem

um ponto de referência, um marco posto no chão, fixo e capaz de ser reencontrado. A possibilidade de perder a bússola corresponderia à ausência de relógio de sol numa existência ou numa viagem. A errância designa tanto o associar definitivo quanto o doente mental, ela começa quando falta o porto de matrícula, o ponto de ancoragem. Sem reconhecimento do corpo, há o perigo de extravio definitivo da alma. Seria essa uma lição enunciada post mortem por Nietzsche?

O mundo, pois, vasto e reduzido ao mesmo tempo, com o eu de cada um no seu centro, a viagem como convite a desenharmos para nós uma rosa dos ventos, depois o domicílio para assentar e cultivar essa identidade – eis algumas referências num cosmo a priori sem alegria. A geografia serve primeiro para elaborar uma poética da existência, para descobrir ocasiões de

fazer funcionar nosso corpo como uma bela máquina sensual, capaz de conhecer exercitando cada um dos cinco sentidos, sozinhos ou combinados, à maneira da estátua de Condillac que se fazia odor e perfume em presença de uma rosa. Um mapa, uma bússola, uma escala são instrumentos úteis ao conhecimento de nós mesmos e à escolha dos nossos movimentos. Uma existência, no momento da morte, se reduza um conjunto de traços num mapa apergaminhado.

Voltar para é também voltar de. No caso, refazer o entremeio do ir, mas num outro estado de espírito. O vazio de sensações e a quantidade de hipóteses da partida dão lugar à quantidade de sensações e ao vazio das hipóteses: vimos, sentimos, degustamos, tocamos, experimentamos o contato de um real intensamente vivo e brilhante. As lembranças substituem as expectativas; as verdades, de início informes, apagam as conjeturas do espírito antes excitado pela perspectiva do deslocamento.

O primeiro entremeio supõe o desconhecido, o segundo, o realizado. De uma antiga disponibilidade instalada nas paragens da expectativa é preciso extrair a nova saciedade de uma descoberta feita.

No entremeio do retorno triunfam a desordem, o caos, a embriaguez, a abundância. Experimentamos a confusão, a mistura das sensações, a incoerência das percepções. O gozo é acompanhado de sobressaltos em meio ao amontoado de informações recolhidas por um corpo que funcionou a todo vapor. Depois da maravilha do acontecimento, da festa do real, o retomo turva as águas e exige uma decantação. Os céus pesados, carregados são varridos pelo sopro do espírito e desaparecem em favor de um éter lavado, límpido e claro. Na fadiga do retorno preparam-se as sínteses por vir.

O estado de espírito corresponde a uma flutuação. Tudo pesa, em bloco, e nada ainda se distingue. Qual a melhor lembrança? Que lição reter prioritariamente? O que aprendi sobre mim, sobre os outros e o mundo? É possível, desde já, concluir, resumir, condensar duas ou três ideias essenciais, três ou quatro momentos importantes? Em que sentido foi mais enriquecedor ter percorrido as paisagens de um outro lugar em vez do nosso cotidiano familiar?

Ou ainda: qual a pior lembrança? Quais as más descobertas? Quais os achados desagradáveis, as tristes certezas a léguas de distância de casa? Todas essas interrogações esperam resposta. Mas a hora do entremeio do retorno convém mais à necessidade de repousar da fadiga que satura o corpo, aquecido ao máximo pela tensão sensual da viagem, do que à urgência de responder às questões emergentes. Antes da gravação na memória e da evaporação no inconsciente, o instante requer o retorno a ritmos mais lentos, mais calmos.

Além disso, voltar é decidir não ficar, é dar ao que parece adquirido e definitivo – no caso, o domicílio – uma confirmação nova, uma validação suplementar. Cumprida a peregrinação, a casa toma-se uma evidência. As raízes adquirem seu significado quando a flor pôde brotar. Então se constata o equilíbrio da árvore. Somente as fixações subterrâneas ou somente um único ramo de folhas, florido ou repleto de frutas, são desprovidos de sentido. O enraizamento justifica o nomadismo e vice-versa. Redescobrir esse conjunto de apaziguamentos que a casa produz leva a uma harmonia entre mim e mim – sobretudo quando a viagem provoca tensões entre essas duas modificações da mesma instância.

Por menor que tenha sido a diferença de fuso horário, o eco do outro lugar ressoa ainda por algum tempo na carne. Dores, fadiga, reumatismos, inchaços, obstruções, edemas, congestões: o corpo certamente conserva mais a memória do acontecimento do que a lembrança superficial ou a memória visível. O organismo e seus ritmos requerem um outro tempo, não tão separado, mas já muito distante. Durações em colisão, contagens confusas, mistura de referenciais temporais e espaciais – onde estou? que horas são? –, tudo converge para uma confusão do ser, uma comoção existencial.

A fadiga atravessa a carne, o sono chega muito cedo ou muito tarde, depois traz os sonhos e os alimenta. Estes, que no meu entender fornecem a ocasião da ordem e do sentido lançados a seguir pela mão no papel, se apoderam das informações trazidas em desordem pela viagem. Cores, perfumes, sons, palavras, imagens, paisagens, odores, emoções, tudo entra em colisão no espaço mental das noites profundas. Os ritmos fisiológicos se reconstituem na obscuridade dos sonhos reparadores. Durante esse tempo, a carne sofre, o organismo modifica sua respiração, sua cadência, o peso

muscular e intelectual cede o lugar a uma maior leveza. A circulação sanguínea, a pressão cardíaca, as noites reorganizadas, o retorno do social trabalham juntos para o abandono do tempo transcorrido, para a sua reformulação na perspectiva de um tempo redescoberto. Sob o teto que abriga o adormecido se tecem os fios de uma história em via de se cristalizar, de endurecer. Em breve ela poderá se apresentar sob a forma de um relato lógico e de uma narração coerente. As claridades diurnas não cessam de se alimentar dos assombros noturnos.

# DEPOIS



## CRISTALIZAR UMA VERSÃO

Para que tenha sentido, a viagem deve passar por um trabalho de contração, de compressão. Do Diverso primitivo ao Uno definitivo, uma ascese intelectual se impõe. No entanto, se não prestarmos atenção, a memória produz antes o inverso. É preferível que a vontade trabalhe para constituir a memória. O que não adquire uma forma nítida e precisa se dilui, vai embora, se espalha. A lembrança formula-se pela secreção de uma abundância de detritos. A quantidade de informações que assaltam o corpo é incapaz de subsistir como tal. Uma seleção rigorosa afasta o anedótico para que o espírito se concentre no essencial – emoções cruciais, percepções cardinais. Arquiteta-se, então, um mundo.

Vivemos numa época de renúncia à memória. Tudo contribui a esse holocausto da lembrança. Os antigos, poupados da superabundância de máquinas às quais confiamos a tarefa de lembrar por nós, desenvolveram uma quantidade incrível de procedimentos mnemotécnicos, uns mais extraordinários que os outros. Baseando-se na estrutura das peças de uma casa, ou em suas disposições facilmente memorizadas no espaço, os mestres de retórica e os oradores convidavam a associar os pontos fortes de uma demonstração a cantos, ângulos, linhas, volumes, a fim de simplificar o complexo e de dispor permanentemente da totalidade das informações armazenadas. Ao se deslocarem com os referenciais fornecidos pela habitação mental, eles reencontravam, a cada um de seus passos virtuais, as principais entradas de um discurso. Desse modo, memorizavam uma quantidade incalculável de fatos e gestos, de palavras e ideias.

Hoje, os suportes de papel, elétricos, magnéticos e informáticos destronam a massa cinzenta e as sinapses treinadas. Vagamos no universo acompanhados de máquinas superpoderosas, mas dotados de um corpo diminuído, empobrecido, incapaz das operações elementares da memória. O corpo funciona cada vez menos como um operador sensual e mecaniza-se à maneira da máquina simplérrima das origens da engenharia. Nossas identidades se formam com materiais pobres, lembranças magras e memórias vazias. A revolução metafísica em curso se preocupa com esse homem ausente a si mesmo, incapaz de usar as faculdades do seu corpo – potência dos sentidos e gênio das recordações.

A memória precisa ser trabalhada, exercitada, solicitada, precisa se querer, caso contrário perece, morre, seca, encarquilhada sobre si mesma, e vira uma concha vazia para um ser oco. A imprensa, a gravura, a fotografia, o cinema, o gravador, a calculadora, o computador aumentam as memórias artificiais, é verdade, mas ao mesmo tempo reduzem as possibilidades mnemônicas humanas. O olho vê menos, o nariz e a boca não percebem mais, o tato diminui, a audição regride, embrutecida pelos ruídos perpétuos e pelo parasitismo de decibéis redundantes. O real aparece agora em sua simples modalidade presente, no instante puro, sem raízes nem prolongamentos.

Reativar a fixação das vertigens, retomar nossas anotações, nossos cadernos de croquis, fotos, bilhetes e papéis diversos, consultar novamente os suportes aos quais confiamos nossas impressões solicita a memória com eficácia. Tornamos a mergulhar no amontoado das impressões imediatas retidas no tempo, podendo separar o essencial e trazer de novo à superfície os momentos de luz com os quais se constrói a lembrança. A obra se

anuncia e depois se enuncia nesse trabalho voluntarista. Com o passado preparamos o futuro, assim o presente fica mais denso, mais coerente, mais consistente. Organizar os vestígios desobstrui, põe a alma em forma. De volta à casa, em nossa escrivania, os restos se acumulam. Então se esboçam um traço nítido, uma linha clara, um desenho seguro.

A consulta dos documentos pode ser acompanhada da narração feita a um terceiro. Contar é igualmente organizar. Os feiticeiros africanos, os que gostam de inventar histórias nas aldeias subsaarianas, contadores antigos como os koriaque [no nordeste da Rússia] e os xamãs do Ártico transmitem ordem e sentido quando se dirigem às assembleias, quando prendem a atenção dos indivíduos reunidos a seu redor. Os deuses e suas histórias, os ritos e seus sabores, as cosmogonias e seus mistérios, os mitos e suas razões atravessam as idades, nos tempos em que a civilização se reduz à oralidade, pelo simples transporte de palavras e de verbos. Reconstituir um périplo reitera o périplo: ao dizer uma vez, vive-se duas. Dizer três vezes é viver quatro.

Graças à narração e através dela, a memória segue trajetórias que se fixam e ganham uma forma capaz de se tornar indelével. Na maioria das vezes, quando uma viagem se formula pela primeira vez, vêmo-la estranhamente reaparecer como um guia, uma ordem, uma organização ritual. Por encantamento o encadeamento persiste, não obstante o passar do tempo. Para o grande prejuízo dos ouvintes da história contada várias vezes, as mesmas palavras, as mesmas frases, as mesmas respirações e até os mesmos ditos espirituosos acontecem nos mesmos lugares. A música, o ritmo e a cadência nas quais o diverso tomou forma fossilizam-se a ponto de forçar um fio condutor, com blocos de sentidos e disposições anedóticas. O relato confunde-se com a

história, junta-se à sua trama e à sua espessura, a forma conduz o fundo.

À maneira dos movimentos numa peça musical, a proposição da história se fecha em sua epifania, como um quarteto de Haydn – moderado, lento, rápido, fugado uma sinfonia de Brahms – *allegro ma non troppo*, moderadamente lento, alegre e rápido, um pouco menos rápido, *allegro vivace*, enérgico e apaixonado, mais rápido –, ou uma peça de Dutilleux – encantatória, linear, obsessiva, entorpecida e flamejante. A memorização se efetua segundo o princípio de uma melodia, de uma retomada, de um tema obstinado, de uma variação, de uma fuga, de um contraponto. Musicar o real obriga-o a aparecer em modos mais facilmente perpetuáveis.

Duas, três ou quatro vezes contados, os detalhes, as peripécias e as anedotas se encadeiam, se deduzem, se convocam, asseguram a coerência do conjunto. Falar sobre um acontecimento – a viagem, mas não só ela – é classificar e dispor em fórmula, reunir e conjurar a dispersão, matematizar o mundo e tornar possível sua poetização, em particular produzindo os arabescos e o barroco necessários dentro dos limites de um movimento – apresentação dos fatos, esboço de um enigma, dramatização, tensão, resolução na calma, indicação das saídas, conclusões propostas em quedas. A poética solicita a retórica.

Reduzir o diverso a uma proposição formal permite estabelecer as bases de um romance lógico, instalando-o num mecanismo conceitual, espiritual e metafísico no qual ele evolui à maneira de um animal de que nos aproximamos sem nunca circunscrevê-lo. No jogo xamanístico, oral, retórico, teatral, verbal, o diverso aberto do real focaliza-se num diverso fechado em si mesmo: o da narrativa. A lembrança nasce dessas operações de cristalização e de fechamento, de

endurecimento da matéria outrora macia e maleável. O verbo inflige à cera uma marca privada e produz o documento e o arquivo suscetíveis de consultas.

Em realidade, a experiência procede do velho sonho mallarmeano: fazer o real culminar no texto, transfigurar a vida em experiências capazes de resultar num livro. A prosa do mundo, a escrita de si, a retórica mnemônica e a poética da geografia se mesclam para produzir um composto singular, quimicamente puro: memória talhada no mármore, dobrada no verso ou fundida no bronze. Somente a experiência escrita permite dar conta da totalidade dos sentidos. Os outros suportes são relativamente pobres: a aquarela, o desenho, a foto captam o real numa de suas modalidades – a cor, a linha, o traço, o desenho, a imagem nunca do forma integral.

Já o poema, como quintessência do texto, mas também a prosa, podem captar e restituir um cheiro de jasmim de um jardim do Oriente, uma luz acima de uma cidade que se reflete nas águas de um rio, uma temperatura morna numa floresta tropical saturada dos perfumes de terra, húmus e folhas em decomposição, o murmúrio de um riacho dissimulado no ar úmido ou a umidade desse lugar. Somente o verbo circunscreve os cinco sentidos, e mais. O trajeto conduz das coisas às palavras, da vida ao texto, da viagem ao verbo, de si a si. Na operação que vai do universo infinito à sua fórmula pontual e momentaneamente acabada, sintetizam-se fragmentos de memória transfigurados em lembranças cintilantes.

## DIZER O MUNDO

O mundo resiste, porém, às tentativas de colocá-lo em palavras. A poesia permite, por certo, a aproximação mais sutil, mas a mais volátil igualmente. Quanto mais abundantes a imagem e as sinestésias, mais o epicentro do real aparece, mas este se mostra também mais frágil, delicado, evanescente. O poema é lido, relido, meditado, alcança o éter, pedindo sempre uma reativação da leitura. O Equador ou a Ásia de Michaux convidam à meditação, à apreensão lenta, ao tempo lúdico, assim como o México de Antonin Artaud. Eles são poetas, certamente, mas não geógrafos. Contudo as duas disciplinas se ignoram desde sempre. Heródoto e Estrabão, de um lado, Píndaro e Teógnis, de outro: não há passagem entre os dois universos.

Os filósofos, de maneira global, negligenciam a geografia. A história lhes permite pensar a política, mas a escrita da terra – que é o significado de geografia, em grego – não conta com seu favor e parece inútil à primeira vista. Os dois mundos, no entanto, podem se comunicar e engendrar uma poética de tipo pré-socrático ou bachelardiano: para isso, basta invocar uma retórica dos elementos, uma metafísica da terra e do fogo, uma ontologia do ar e do éter, uma lógica das matérias e dos fluxos, em suma, uma estética. A etimologia assinala o parentesco desta palavra e da faculdade de sentir ou perceber o sensível. Uma poética da geografia gera uma estética materialista e dinâmica, uma filosofia das forças e dos fluxos, das formas e dos movimentos.

Claro que pensamos em Deleuze e em seu tratado de nomadologia, em seus múltiplos platôs, suas máquinas abstratas e sua desterritorialização, seus estratos e planos

de consistência, suas linhas de segmentos e seus fluxos de *quanta*, seus pontos, seus devires e seus blocos, suas paisagens melódicas e suas explanações sobre o natal, o liso ou o estriado. Em *Mil platôs* há múltiplas considerações úteis aos geógrafos para elaborar um discurso moderno e conceitualmente sólido. Penso encontrar reminiscências do trabalho deleuziano na geografia coremática surgida nos anos 1980. Ela permite, no momento da viagem, ver melhor as paisagens, perceber melhor o acontecimento das dobras da terra, na crista terrestre, na superfície das geologias.

Gosto de olhar, pelas janelinhas dos aviões, a geografia encarnada, compreender movimentos que de repente se tornam inteligíveis graças aos coremas de Robert Brunet. Cidades, cachos de aldeias, estradas nas montanhas, geologias caprichosas, a distribuição da luz do dia nos vales, das sombras nas encostas voltadas para o sul, das luzes nas encostas voltadas para o norte, as linhas das ferrovias, o recorte dos campos; gosto dos espaços amarelos da colza, do verde do trigo germinando, dos violetas ou malvas da lavanda; gosto de ver o traçado das margens, as costas do litoral, as correntes e os jogos de cores no mar, as redes hidrográficas, lagos, riachos, açudes transformados em espelhos violentos pelo sol; gosto de ver o movimento dos carros, pequenos traços lentos nas estradas, de acompanhar os trens, longas serpentes ondulantes, de ver os barcos deslizarem, pesados e lentos, ou o andar dos humanos, fúteis e essenciais.

Toda essa diversidade vista do céu consiste numa engenhosa arte de elementos combinatórios que permitem uma verdadeira decifração do mundo, uma autêntica leitura do real geográfico. O que é então a geografia coremática? É um alfabeto de signos, os coremas, capazes de explicar todas as organizações

espaciais legíveis nas paisagens. O observador indolente inclinado sobre a terra, através da janelinha do avião, pode, com o auxílio dessas categorias da razão pura geográfica, ler, decifrar, compreender, operar inteligentemente com sua visão. Do real sensível às categorias inteligíveis, o viajante efetua ele mesmo a redução, ativa a processão, para falar em termos plotinianos.

Donde um verdadeiro gozo da inteligência do viajante e do observador quando ele sabe lembrar-se da arte de colocar em perspectiva instâncias que, a priori, parecem não ter relação alguma. Uma floresta e uma área, um caminho e uma linha, uma aldeia e um ponto, uma paisagem e uma rede – pois ponto, linha, área e rede são as quatro entradas a serem combinadas com as sete colunas que significam as estruturas elementares do espaço: malha, quadriculado, gravitação, contato, tropismo, dinâmica territorial e hierarquia. Com o auxílio dos quatro referenciais como abscissa e dos sete como ordenadas obtêm-se 28 figuras cardinais cuja disposição permite decifrar a terra.

No ruído do avião que viaja a milhares de metros de altitude, podemos então nos divertir em buscar e encontrar áreas em contato, semeaduras urbanas, redes em forma de malha, podemos ver assimetrias em ação, reconhecer relações gráficas, constatar ligações preferenciais, rupturas, distinguir interfaces, seguir linhas de compartilhamento, surpreender pontas de redes, eixos de propagação ou áreas de extensão, pontos atraídos e superfícies de tendência. A diversidade do real concreto se simplifica graças à grade de leitura que ajuda a decodificar a ação da paisagem e da natureza.

No solo, de volta à terra, habitamos essas figuras transformadas em outras, depois da surpresa de sua coerência vista do céu. Movemo-nos diferentemente num



lugar visto antes do avião, englobado (palavra que exprime bem a operação intelectual de redução e colocação em forma do sentido num globo, numa esfera perfeita como numa mônada leibniziana). Atravessar campos de força, passar a linha invisível de uma interface continental, penetrar um arco ou mesmo ver-se diante de uma “banana azul” [Expressão criada pelo geógrafo Roger Brunet para designar a forma de distribuição das megalópoles europeias (N.T.)], de géons ou de táxons: eis aí matéria a pensar, meditar, sonhar. Essa tabela de Mendeleiev da geografia declina-se em gramática e sintaxe produtoras de um estilo de leitura, de uma poética generalizada da viagem.

Evidentemente os profissionais da geografia resistem a esse novo método, demasiado poético e filosófico, demasiado impreciso e conceitual, que reúne Píndaro e Estrabão ao mesmo tempo. Se alguma objeção lhe pode ser feita, ela destina-se antes a completar a rede do que a invalidar o modelo inteiro. Os coremas, dizem, servem para nomear o trabalho que a geografia clássica produz a montante. E daí? Nomear é criar, é fazer advir, é sintetizar, dar uma ordem, tornar possível um rigor intelectual que a geografia pede com frequência à matemática – com a qual tudo se pode dizer –, é filosofar como demiurgo.

Desde que tomei conhecimento da geografia coremática, não consigo deixar de ver de outra forma, de constatar o funcionamento do meu olhar diante das paisagens, mais curioso, mais avisado e mais excitado. De viajar diferentemente, portanto. Os blocos continentais, os fluxos marítimos e aéreos, as situações espaciais de portos e aeroportos, as estradas e autoestradas, com certeza, mas também os caminhos no campo e as trilhas florestais dos meus primeiros anos na Normandia; os rios imensos das minhas viagens

transatlânticas, mas também o riozinho da minha aldeia natal; as floresta do continente sul-americano, mas também os bosques da minha infância; as vegetações extravagantes da Rússia, os desertos africanos, as pequenas ilhas que constelam o contorno dinamarquês, mas também as matas da região de Auge, a planície de Argentan, o nascimento do maciço armoricano [na Bretanha francesa], minhas paisagens fundadoras.

Ao redor de todo o planeta se leem e se veem, quando aprendemos a lê-los e a vê-los, pontos de localização, linhas de ligação, fluxos geradores de desequilíbrios, passagens abertas e fechadas, crescimentos e decrescimentos, atrações e repulsões, auréolas e faixas, pontas de redes e áreas de drenagem. Essas formas puras se dissimulam em encarnações complexas, em figuras sensíveis e concretas. A geografia coremática, mais que qualquer outra, ajuda a identificar esses contornos, de outro modo condenados a permanecer ocultos, travestidos, complicados. Ela oferece os meios intelectuais de uma compreensão global e particular, universal e singular. Quando dançam sob os olhos do viajante essas categorias sintéticas, o trabalho poético se torna possível, trabalho do devaneio e da meditação, do sentimento e da sensação. Uma poética da geografia supõe essa arte de deixar-se embeber pela paisagem, para querer depois compreendê-la, vê-la em suas combinações, antes da partida para as regiões lúdicas onde o poeta acompanha o geógrafo e o filósofo, como complemento, não como inimigo. Então nos aproximamos daquela estética do Diverso em que Segalen buscava vestígios poéticos imemoriais.

# **CODA**

## CONSIDERAR UMA CONTINUAÇÃO

Saber-se nômade uma vez é o que basta para nos convencer de que tornaremos a partir, de que a recente viagem não será a última. A menos que a morte aproveite um trajeto para nos colher... A paixão da viagem não abandona o corpo de quem experimentou os venenos violentos do despaisamento, do corpo ampliado, da solidão existencial, da metafísica da alteridade, da estética encarnada. É o que imagino, pelo menos. Exceto, talvez, quando a carne não responde mais e a chama vacila, rarefazendo-se nas proximidades de um fim de vida anunciado. A vitalidade dos grandes viajantes me fascina. O mal fulminante, o fim brutal podem impedir o declínio regular de energia e a entropia generalizada. O fim misterioso de Segalen, exangue ao pé de uma árvore nos bosques de Huelgoat, com um Shakespeare na mão, parece-me emblemático: não morrer sob um teto, mas fora, sob o céu ou as estrelas, vivo.

A busca de si termina no momento do último suspiro. Até à beira do túmulo, é preciso querer ainda e sempre a força, a vida, o movimento. O mundo está cheio de vulcões a escalar, de praias a meditar, de rios a descer, de estradas a seguir, de trens e aviões a tomar, ele não cessa de oferecer auroras e crepúsculos, chuvas e sóis incandescentes, desertos e montanhas, florestas e campos; ele propõe auroras boreais e paraélios [fenômeno produzido pela reflexão e refração da luz que parece multiplicar a imagem do Sol. (N.T.)], arco-íris e tornados, nuvens, as maravilhosas nuvens, climas e magias; ele convida a cruzar os trópicos, a cavalgar o

equador, a ir além do círculo polar, a banhar-se no oceano Índico, a visitar as pirâmides, a muralha da China ou os templos incas. A multiplicidade das paisagens desmente a unicidade das cidades; o diverso desaparece nas megalópoles, mas nunca abandonará os arrozais asiáticos, a baía de Along [no Vietnã], a tundra siberiana, a floresta amazônica, o deserto do Saara, as paisagens europeias, as costas mediterrâneas.

Alguns voltam de maneira compulsiva a lugares já visitados, reencontrando hábitos de sedentário no núcleo mesmo da experiência nômade: ir cinquenta vezes ao Vietnã, cem vezes ao Japão, retornar sempre aos mesmos lugares, que ideia estranha! Esses compulsivos me fazem pensar nos padres que leem durante a vida inteira o mesmo missal, ignorando a variedade e a riqueza das bibliotecas. A geografia do planeta vale em primeiro lugar pela diversidade, pela diferença, pela multiplicidade. Ela satisfaz a paixão pelo novo, pela extravagante novidade. Rever, aqui, impede de ver noutra lugar; estacionar de maneira repetida, mesmo nos antípodas, bloqueia as possibilidades nômades e os efeitos violentos da viagem sobre o corpo e a alma. O risco é instalar o sedentarismo no núcleo do princípio nômade.

Viajar para penetrar os mistérios e os segredos de uma civilização também conduz a mal-entendidos. A ilusão racionalista e intelectualista preside a ideia, falsa, de que se pode trabalhar em profundidade. O espírito do geógrafo não se confunde com o do geólogo, explorador de minas e de falhas. Um percorre o planeta e se alegra com o movimento no contorno do mapa-múndi, o outro se instala e cava seu buraco, penetra numa toca para ali sepultar sua energia e sua curiosidade. A captura do Diverso contradiz a aposta no Mesmo, ela parte da vontade de multiplicar o Outro. O “Exoto”, palavra

inventada por Segalen, quer o Diverso, solicita-o até a exaustão, corresponde ao personagem conceitual - a figura filosófica necessária, segundo Deleuze - encarregado de exprimir a pulsão nômade e o gosto pela novidade.

Considerar uma continuação supõe, portanto, menos a repetição do que a inovação. As ocasiões de partir podem ser aleatórias: abrir um atlas, fechar os olhos, apontar um país, decidir-se por uma região inesperada, confiar, quando se tem essa oportunidade, nos convites oferecidos a percorrer o planeta, consentir aos sonhos de criança, desejar outro lugar desejado por uma pessoa querida, partir nas pegadas de um poeta, de um filósofo ou de um artista amados, em busca de uma geografia sentimental encarnada, em busca de uma poética da geografia no espírito de Bachelard, que fala de uma poética do espaço e de um direito de sonhar. A prosa do mundo pode ser decifrada, segundo a lição desse filósofo da Borgonha, à maneira da água, da terra, do fogo, das nuvens, dos sonhos, dos devaneios, de um sótão, de uma casa, de uma concha, da chama de uma vela ou de uma lareira. Ou de um poema. Pois o poema do mundo não cessa de invocar propostas de deciframentos.



“ Nós mesmos, eis a grande questão da viagem. Nós mesmos e nada mais. Ou pouco mais. Certamente há muitos pretextos, ocasiões e justificativas, mas em realidade só pegamos a estrada movidos pelo desejo de partir em nossa própria busca com o propósito, muito hipotético, de nos reencontrarmos ou, quem sabe, de nos encontrarmos. A volta ao planeta nem sempre é suficiente para obter esse encontro. Tampouco uma existência inteira, às vezes. Quantos desvios, e por quantos lugares, antes de nos sabermos em presença do que levanta um pouco o véu do ser!”

**L & PM** EDITORES

ISBN 978-85-254-1918-7



9 788525 419187